

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JOÃO ALEXANDRE HUGEN**

**O DESLOCAMENTO E DESCOLAMENTO DO CAPITAL PRODUTIVO EM RELAÇÃO AO CAPITAL  
FINANCEIRO: COMO A FINANCEIRIZAÇÃO AFETA O TRABALHADOR?**

Florianópolis, 2015

JOÃO ALEXANDRE HUGEN

**O DESLOCAMENTO E DESCOLAMENTO DO CAPITAL PRODUTIVO EM RELAÇÃO AO CAPITAL  
FINANCEIRO: COMO A FINANCEIRIZAÇÃO AFETA O TRABALHADOR?**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: **LAURO FRANCISCO MATTEI**

**FLORIANÓPOLIS, 2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao aluno João Alexandre Hugen na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

---

Prof. Dr. Lauro Francisco Mattei  
*Orientador*

---

Prof. Dr. Mario Cesar Brinhosa  
*Membro da Banca*

---

Prof. Daniel da Cunda Corrêa da Silva  
*Membro da Banca*

*Por todas as Mulheres e Homens  
que não sucumbiram às pressões  
da economia de mercado  
financeirizada e se resignam!*

## AGRADECIMENTOS

Humildemente agradecer ao povo brasileiro por bancar meus estudos e meu plano de saúde (SUS), sempre lutarei incansavelmente por aqueles que produzem a riqueza em troca de uma mísera parte dela.

Agradecer também a minha família: pais, avós, tias(os), primos(as), meus irmãos... que sempre estiveram ao meu lado, me dando apoio incondicional em tudo que precisei.

Eu nada seria sem vocês!

Aos meus amigos: Jeff, Heitor, Gustavo, Endrigo, Balboa, Sergio, Edson, Maicon, Malcon, Bacellar, Bork, Chico, Caio, Eduardo, Xandão, Mateuzinho, Merten, Jeniffer, Su, Thaisa... todos aqueles que de alguma forma contribuíram durante minha graduação. Todo o pessoal do Nós de Nós, ao qual sempre lembrarei dos dias de luta estudantil. Ao pessoal do IGTI, em especial o prof. João, Profa. Gertrudes e Pierry; obrigado pelo incentivo à produção acadêmica criativa e inovadora.

Meu agradecimento especial ao Grupo de Estudos do IEE: Day, Diogo, Dimitri e o Prof. Brinhosa. Pelas calorosas tardes de sábado em que formamos nossa intelectualidade e amizade

Aos "Amigos da Rússia", pelo debate sobre o BRICS que me proporcionou pensar nas ideias para este trabalho, e também pela tradução do resumo.

Ao ENECO e CELAC 2013 que me proporcionou uma grande experiência, além de me possibilitar de conhecer o meu amor, Fabiana (minha pretinha). A ela meu agradecimento por me apoiar e também debater as ideias deste trabalho.

Ao meu orientador Prof. Lauro Mattei, pelo comprometimento com o trabalho e com o rigor teórico que me ensinou durante a graduação, sempre lembrarei e socializarei estes ensinamentos.

Enfim, minha singela homenagem póstuma a Karl Marx e Engels pelo valiosíssimo trabalho intelectual, na busca pela defesa do trabalhador.

## SALÁRIO

*Ó que lance extraordinário:*

*Aumentou o meu salário*

*E o custo de vida, vário,*

*Muito acima do ordinário,*

*Por milagre monetário*

*Deu um salto planetário.*

*Não entendo o noticiário.*

*Sou um simples operário,*

*Escravo de ponto e horário,*

*Sou caxias voluntário*

*De rendimento precário,*

*Nível de vida sumário,*

*Para não dizer primário,*

*E cerzido vestuário.*

*Não sou nada perdulário,*

*Muito menos salafrário,*

*É limpo meu prontuário,*

*Jamais avancei no Erário,*

*Não festejo aniversário*

*E em meu sufoco diário*

*De emudecido canário,*

*Navegante solitário,*

*Sob o peso tributário,*

*Me falta vocabulário*

*Para um triste comentário.*

*Mas que lance extraordinário:*

*Com o aumento de salário,*

*Aumentou o meu calvário!*

Carlos Drummond de Andrade

## RESUMO

Este trabalho busca analisar as relações existentes entre Capital Financeiro e Capital Produtivo e como isto impacta no mercado de trabalho. Historicamente, o Capital Financeiro estava subjugado ao ciclo do Capital Produtivo. No entanto, com a crise sistêmica na década de 1970 e a expansão do Neoliberalismo, o primeiro torna-se o centro da dinâmica redefinindo a esfera produtiva e também o mercado de trabalho. Neste momento ocorre um movimento de deslocamento e descolamento entre estes capitais. Através do Investimento Estrangeiro Direto (IED), as Empresas Multinacionais deslocam parte de sua produção para se aproveitar de características locais em regiões periféricas, direcionando o setor a ser desenvolvido, ou seja, impõe aos países receptores o tipo de trabalho a ser demandado. Em paralelo, sucede o descolamento entre a produção e os ativos financeiros, expandindo o valor fictício do Capital Financeiro engendrando profundas e recorrentes crises financeiras. Observa-se neste processo de financeirização uma mudança na Divisão Internacional do Trabalho, impondo um novo paradigma tecnológico e organizacional, provocando diferenciação do trabalho no Centro e na Periferia. Na primeira região concentra-se os trabalhos mais qualificados de melhor remuneração, enquanto na periferia a força de trabalho sofre uma desvalorização e desqualificação para atender os interesses financeiros das Empresas Multinacionais.

**Palavras-chave:** Capital Financeiro; Capital Produtivo; Financeirização; Mercado de Trabalho; Divisão Internacional do Trabalho

### **краткое изложение**

Эта работа направлена на анализ существующих взаимодействий между Финансовым Капиталом и Производителем Капиталом и того как это влияет на трудовой рынок. Исторически сложилось, что Финансовый Капитал был подчинен циклу Производственного Капитала. Тем не менее, с систематическим кризисом в 1970-х годах и экспансией Неолиберализма, первый становится центром динамики, переопределяя производственную сферу, а так же, трудовой рынок. В этот момент происходит перемещение между этими капиталами. Через прямые иностранные инвестиций, многонациональные предприятия переместили часть своего производства чтобы воспользоваться локальными характеристиками периферийных регионов, направляя сектор который должен быть разработан, то есть, навязывая странам-получателям тип работы к которой будет спрос. Параллельно этому, происходит перемещение между производством и финансовыми активами, расширяя фиктивную стоимость Финансового Каритала что приводит к глубоким и рекуррентным финансовым кризисам. Замечаются в этом процессе финансиализаций изменения в международном распределении труда, что навязывает новую технологическую и организационную парадигму, приводя к дифференциациям труда в Центре и в Периферии. В первом регионе концентрируются более квалифицированная и хорошо оплачиваемая работа, а в периферии труд обезценивается и дисквалифицируется чтобы удовлетворить интересам многонациональных предприятий.

**Ключевые слова:** Финансовый Капитал, Производительный Капитал, Финансиализация, Трудовой Рынок, Международное Распределение Труда



## **LISTA DE GRÁFICOS**

- Gráfico 1** – Países Emissores e Receptores de IED
- Gráfico 2** – Porcentagem da População Adulta e da Riqueza
- Gráfico 3** – Valor médio do Estoque de IED por Setor
- Gráfico 4** – Emergentes: Crescimento do Investimento e VTI anual
- Gráfico 5** – Mercado Global de Derivativos
- Gráfico 6** – Brasil: Valor Nocial por Participante e Ativo Subjacente
- Gráfico 7** – Brasil: Valor Nocial dos derivativos e PIB a Preço de Mercado (2000)
- Gráfico 8** – Taxa de assalariados associados a sindicato
- Gráfico 9** – EUA: Variação do PIB vários anos
- Gráfico 10** – Países Desenvolvidos: Produtividade x Salário
- Gráfico 11** – Periferia: Participação do Salário na Renda Total (em %)
- Gráfico 12** – Brasil: Participação do Salário e Variação Real do Salário Mínimo
- Gráfico 13** – Produtividade e Emprego de Baixo salário
- Gráfico 14** – Distribuição global média mensal dos salários em 2000 e 2012 (2012 PPP\$)
- Gráfico 15** – Brasil: Características dos Empregos de Baixa Remuneração
- Gráfico 16** – China: Características dos Empregos de Baixa Remuneração

## **LISTA DE FIGURAS**

- Figura 1** – As Quatro Dimensões

## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1** – Economias em desenvolvimento: F&A/IED (entradas)

## SUMÁRIO

CAPÍTULO I – TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO .....	11
1.1 INTRODUÇÃO.....	11
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	13
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	13
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	15
CAPÍTULO II – REVISÃO TEÓRICA E HISTÓRICA .....	16
2.1 FINANCEIRIZAÇÃO.....	16
2.2 UM SÉCULO, DOIS MOMENTOS OPOSTOS: REGULAÇÃO E DESREGULAÇÃO .....	22
2.3 DIPLOMACIA DO DÓLAR E OS TRABALHADORES.....	28
CAPÍTULO III – O DESLOCAMENTO E O DESCOLAMENTO.....	32
3.1 ASPECTOS DO IED NA MUNDIALIZAÇÃO.....	33
3.2 INTEGRAÇÃO PERIFÉRICA NA FINANCEIRIZAÇÃO.....	38
3.3 CAPITAL FICTÍCIO E O DESCOLAMENTO .....	41
3.3.1 CAPITAL ESPECULATIVO PARASITÁRIO.....	45
3.3.2 OS DERIVATIVOS COMO FORMA ESPECÍFICA DE CAPITAL ESPECULATIVO PARASITÁRIO .....	47
CAPÍTULO IV – A CONTA CHEGA AOS TRABALHADORES.....	54
4.1 POLÍTICAS NEOLIBERAIS PARA O MERCADO DE TRABALHO.....	55
4.2 TERCEIRA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.....	58
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	68
REFERÊNCIAS .....	71

## **CAPÍTULO I – TEMA E OBJETIVOS DO ESTUDO**

### **1.1 INTRODUÇÃO**

Ao longo da história do Capitalismo, o Capital Financeiro sempre esteve presente, tanto financiando o adiantamento de capital necessário ao início do processo de produção, quanto na comercialização, como nas Grandes Navegações. Contudo, no decorrer do tempo este capital tornou-se cada vez mais dinâmico, centralizador e concentrador, até se transformar em fator-chave do desenvolvimento do capitalismo global, descrita por Lênin como fase superior do capitalismo, ou seja, o imperialismo.

Durante o século XX grandes mudanças impactaram na acumulação deste capital. A nível internacional, o acordo de Bretton Woods foi um marco regulatório contundente, impondo restrições e regulações ao Capital Financeiro. Porém, com a crise desse sistema cambial no início da década de 1970, as mudanças na geopolítica dos EUA e a desregulação do mercado financeiro – sob a teoria do neoliberalismo – deram condições extraordinárias ao Capital Financeiro, permitindo um aumento substancial na sua liquidez e, portanto, na circulação dos ativos financeiros.

Uma peça importante deste processo foram as Empresas de Sociedade Anônima (SAs) que se expandiram fortemente desde o século XIX. Estas empresas são resultado da fusão entre o Capital Bancário e o Capital Industrial, que através do sistema de crédito capitalizou a grande indústria, possibilitando não só aumentar sua capacidade produtiva na sede, como expandindo-a para outras partes do globo, ao se aproveitar de características locais para aumentar seus lucros. Esta fusão que vai catalisar o Capital Financeiro, criando uma dinâmica própria que transformou estruturalmente o padrão de acumulação do modo de produção capitalista

A partir desta nova configuração que a grande indústria toma, os bancos começam a criar novas formas de captação e assim financiar a expansão capitalista. Nesta corrida, foram criados ativos financeiros que substituíram os antigos depósitos à vista (BRAGA; 1997), pois os primeiros pagavam juros e ainda eram garantidos pela securitização e até mesmo pelo

Estado, como emprestador de última instância. As inovações financeiras foram cruciais possibilitando algo extraordinário: “Os novos ativos financeiros dotados de rentabilidade com liquidez, constituíram-se como substitutos da moeda, quase-moeda” (BRAGA, 1997).

Esta “quase-moeda” condiciona um novo padrão de riqueza na sociedade, que até então possuía uma riqueza materializada, como empresas, extensões territoriais, imóveis... Esta nova forma advém de um conjunto de fatores, sobretudo “[...] das transformações dos sistemas monetário-financeiros relacionadas às alterações da natureza do dinheiro; do crédito e do patrimônio”, que se consolidou “da gestão dos bancos centrais sobre a liquidez e as taxas de juros; [e] da emergência das corporações produtivas com finanças” (TAVARES; MELIN, 1997), ao qual estão vinculados os ativos financeiros emitidos por organizações bancárias e, principalmente, não-bancárias.

Desde início do século XXI o sistema financeiro internacional tomou proporções jamais vistas. Segundo levantamento do McKinsey Global Institute, entre 2000 e 2007 os ativos financeiros globais cresceram, em média, 8% ao ano, desacelerando depois do início da crise, chegando em 1,9% em 2012, onde atingiu a marca de mais de U\$ 225 trilhões. Neste mesmo ano, o PIB mundial alcançou a cifra U\$ 72 trilhões, havendo um total descolamento entre a produção e o montante de ativos financeiros emitidos e em circulação no mundo

Nesta conjuntura financeira global ainda é preciso analisar outro aspecto importante da dinâmica entre o Capital Financeiro e o Capital Produtivo, relação esta que impacta mais severamente a classe social dos trabalhadores. A mundialização do capital, como apontou Chesnais (1996), reconfigurou as cadeias globais de valor; ampliou as terceirizações, exportando plantas industriais para aproveitar menores salários em regiões periféricas; modificou e precarizou estruturalmente o mercado de trabalho nestas regiões. Logo, o salário e a empregabilidade das economias – a principal forma de sobrevivência da classe trabalhadora – concomitante às transformações da dinâmica capitalista também são modificados.

Diante deste cenário, o presente estudo pretende responder ao seguinte questionamento: como o Capital Financeiro se descolou/deslocou da esfera produtiva? Quais

os impactos sociais e econômicos sobre a classe trabalhadora causados por essa expansão financeira descontrolada?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a dinâmica capitalista, enfocando as relações contraditórias entre a esfera produtiva e financeira.

### **1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Descrever as mudanças nas formas de acumulação do Capital Financeiro no século XX e início XXI, analisando as relações e contradições entre Capital Financeiro e Capital Produtivo;
- Identificar os tipos e os fluxos de Capital Financeiro entre os países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD em inglês) e nos países emergentes;
- Analisar os efeitos da financeirização mundial sobre o Mercado de Trabalho nos países emergentes, destacando os impactos sobre a classe trabalhadora.

## **1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa pretende analisar os fenômenos sociais e econômicos causados pelas relações positivas e negativas entre o Capital Financeiro e o Capital Produtivo. Portanto, caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, que busca aprofundar e compreender, historicamente, as relações referidas. Dessa forma, realizar-se-á uma pesquisa bibliográfica, bem como serão consultados relatórios de organizações internacionais, e de Institutos de pesquisa sobre mercado financeiro.

Para atender os objetivos propostos, também se realizará uma pesquisa quantitativa, buscando dados sobre os fluxos financeiros entre os países, além de analisar os impactos da financeirização no mercado de trabalho, utilizando relatórios de instituições que pesquisam

sobre a temática, como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre outros.

Quanto à forma de se apreender a realidade, o método dialético é mais apropriado para organizar as ideias deste estudo. Assim, tem-se em Gil (1989) os três princípios comuns deste método: o princípio da unidade e luta dos contrários, da transformação das mudanças qualitativas em quantitativas e da negação da negação.

O primeiro refere-se que “todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos” (GIL, 1989: 32). Este princípio é primordial ao tema pela relação contraditória e ao mesmo tempo de unidade entre Capital Financeiro e Capital Produtivo. O primeiro surgiu da união entre o capital bancário e o industrial, porém, ao mesmo tempo em que possibilitou desenvolvimento das forças produtivas para formas mais evoluídas, criou relações negativas à produção ao se tornar a principal forma de acumulação.

O segundo princípio está relacionado às características dos movimentos oriundos destas relações que são tanto qualitativas, como as variedades dos ativos financeiros, quanto quantitativas, que são materializados nos fluxos de capital entre países desenvolvidos e emergentes e na expansão do volume transacionado nas últimas décadas. Portanto, necessita-se avaliar as variáveis que descrevem e/ou explicitam as relações aqui estudadas.

Por fim, como descreve o autor, “O desenvolvimento processa-se em espiral, com a repetição em estágios superiores de certos aspectos e traços dos estágios inferiores” (GIL, 1989: 32), as transformações pelas quais passa a dinâmica capitalista no século XXI é parte e resultado de processos históricos, sobretudo daqueles que causam discontinuidades e possibilitam grandes mudanças, como foram os casos do fim de Bretton Woods, em 1971-73; da desregulação do mercado financeiro na década de 1980; e das políticas neoliberais da década 1990, fatos que resultaram na expansão do Capital Financeiro a patamares jamais atingidos antes.

#### **1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO**

A pesquisa está organizada em quatro capítulos, sendo a introdução o primeiro. O segundo capítulo consiste uma revisão teórica e histórica sobre a financeirização mundial, processo o qual tornou o Capital Financeiro a principal forma de acumulação da dinâmica capitalista; evidenciando, conjuntamente, os aspectos contraditórios em relação ao Capital Produtivo.

O terceiro capítulo pretende examinar como ocorre o deslocamento e o descolamento entre Capital Financeiro e Capital Produtivo através dos fluxos financeiros entre os países, sobretudo aqueles realizados entre países membros da OECD e emergentes, com intuito de apreender as principais características – qualitativas e quantitativas – da circulação financeira; e também analisando o comportamento do Capital Fictício nesta dinâmica financeirizada.

Em seguida, como resultado de todo o processo histórico da financeirização, analisar quais são os impactos sociais e econômicos causados à classe trabalhadora, analisando o mercado de trabalho dos países da periferia e do centro neste período. Finalmente, as considerações finais da pesquisa em geral.

## **CAPÍTULO II – REVISÃO TEÓRICA E HISTÓRICA**

Este capítulo busca esmiuçar as questões teóricas e históricas relevantes sobre o Capital Financeiro. A Teoria Econômica e a Historiografia são fundamentais ao demonstrarem o nível do debate sobre o tema e sua materialidade, possibilitando uma análise crítica, e a partir dela formular algumas perspectivas.

Assim, desde as primeiras concepções em Marx (1974), até pensadores contemporâneos, como Michalet (1983), Chesnais (1996) e Braga (1997), têm-se uma gama de análises teóricas que contribuem para melhor esclarecer e aprofundar sobre o assunto. No que tange a historiografia, há momentos de regulação do sistema financeiro, como o New Deal e Bretton Woods, e outros de desregulação financeira, iniciado no final da década de 1970 a partir dos avanços da teoria Neoliberal.

### **2.1 FINANCEIRIZAÇÃO**

O conceito de globalização há tempos vem ocupando espaço no debate acadêmico e no cotidiano das pessoas, principalmente via jornais, sendo produto não só de um movimento real do Capital, mas, sobretudo, de um embate do campo das ideologias. E neste sentido, explicado como uma expansão autônoma dos mercados, trazendo benefícios ao conjunto dos envolvidos neste processo. Analogamente, Hobsbawm ressaltou que na metade do século XIX a palavra “Imperialismo” tinha o mesmo potencial ideológico, evidenciando os impérios capitalistas daquele período. No entanto, este mesmo conceito foi utilizado como importante categoria teórica da Economia Política no início do século XX. Assim, é necessária uma crítica séria e consistente da palavra globalização (TAVARES; FIORI, 1997; BELLUZZO, 2009) a fim de melhor compreender as transformações do capitalismo que ocorreram no último quartel do século XX e que persistem até os dias atuais.

Neste trabalho interessa em especial o espectro financeiro da globalização, ou melhor, a financeirização da economia que se produziu neste período e adquiriu força política, ideológica e econômica. Destarte, como apontou Braga (1997: 196), a financeirização é o



padrão sistêmico da riqueza, dado que “está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo princípios de uma lógica financeira”. Sob esta há uma transformação na forma como ocorre a valorização do capital, agora não somente na extração de mais-valia no processo de produção (D-M-D'), mas no processo de circulação do capital-dinheiro, descrito por Marx (Livro III), como sua forma mais feitichizada: D-D'.

O elemento fundamental deste processo é o Capital Financeiro, sendo necessário compreender sua origem e seus meios de expansão. A origem provém do aumento da circulação das mercadorias e, conseqüentemente, dos movimentos técnicos do dinheiro. Parte da circulação do capital-industrial e comercial na forma capital-dinheiro se especializa neste movimento, adquirindo característica própria e autônoma em relação ao capital geral, empenhando-se no processo de reprodução daqueles capitais. Esta forma que Marx denomina como Capital Financeiro (MARX, 1974: 364). Não obstante, surge um novo ramo:

*“A divisão do trabalho faz que essas operações técnicas, condicionada pelas funções do capital, seja tanto quanto possível executadas para toda a classe capitalista por uma categoria de agentes ou capitalistas com funções exclusivas [...]. Pagamentos, recebimentos de dinheiro, operações de compensação, [...] todas essas operações técnicas, **separadas dos atos que as tornaram necessárias**, transformaram em capital financeiro o capital neles adiantado”.* (MARX, 1974: 365; grifo meu)

Importante refletir o grifo desta afirmação. As operações realizadas por esta “nova” classe de capitalistas se dão a parte do processo de produção, criando assim uma lógica de funcionamento própria, ou mais precisamente, uma lógica de acumulação própria, pois não realiza suas atividades filantropicamente. O comércio do dinheiro se desenvolve criando formas mais sofisticadas não só para realizar estas operações técnicas, mas, sobretudo, para acumular mais capital. À medida que o comércio cresce a nível nacional e internacional, na mesma proporção – ou até maior – aumentam estas operações, consolidando-se ainda mais a expansão do Capital Financeiro.

A partir de então se desenvolve uma operação fundamental da expansão do capital: o sistema de crédito. Este possibilita rápido crescimento da produção, dado que o adiantamento de capital-dinheiro permite expansão produtiva antes do capital individual se valorizar em grande escala: “o crédito acelera as diversas fases da circulação ou da metamorfose das mercadorias e ainda da metamorfose do capital; em consequência, acelera o processo de reprodução em geral” (MARX, 1974: 504). Daí decorrem dois aspectos importantes de interesse particular desta pesquisa: o prolongamento dos intervalos entre o ato de compra e venda, permitindo a especulação (tema que será tratado mais adiante); e o desenvolvimento das sociedades por ações, que se torna força-motriz do Capital Financeiro e por meio destas que se expande para o mundo todo.

Marx já ressaltava a importância desta nova forma que adquire o capital industrial, o qual conseguiu atingir um montante de produção praticamente impossível de se reproduzir por um capitalista isolado. A peculiaridade é que:

*“O capital que, por natureza, assenta sobre o modo social de produção e supõe concentração social dos meios de produção e de força de trabalho, assume diretamente a forma de capital social [...] em oposição ao capital privado [...]. É a abolição do capital como propriedade privada dentro dos limites do próprio modo capitalista de produção”. (MARX, 1974: 505)*

Atualmente chamadas de SAs (empresas de Sociedade Anônima) são frutos da união entre o Capital Bancário – detentor do capital-dinheiro acumulado – e do Capital Industrial – detentor dos meios de produção e da força de trabalho. Essa relação, que à primeira vista parece ser de mutualismo, obscurece os problemas reais causados pela transformação do padrão de riqueza. A lógica financeira inerente modifica a relação capital-trabalho, agora não mais sob o comando do capitalista individual, mas subalterno a uma arquitetura financeira monopolística, sendo o lucro “puro assenhoreamento de trabalho excedente alheio”. Além deste impacto da relação de produção, “uma vez que o lucro aí assume a pura forma de juros,

tais empresas ainda são possíveis quando rendem juros apenas<sup>1</sup>”, tendo que a especulação permitida, seja através das ações/títulos da empresa emitido no mercado secundário, ou outras estratégias financeiras como fusões ou venda para outros conglomerados, dê condições à continuidade da empresa.

No final do século XX o modo de produção capitalista atingiu alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, criando condições surpreendentes às SAs. Em uma nota Engels ressalta que a “rapidez cada dia maior com que se pode atualmente aumentar a produção em todos os grandes domínios industriais se depara com a lentidão sempre acrescida com que se expande o mercado para essa produção ampliada” (MARX, pg. 506). A crise na década de 1840-50, descrito na célebre frase que “o mundo está abarrotado de mercadorias”, demonstrou o enorme acúmulo de capital, na forma mercadoria e monetária, que levou a uma crise econômica de grandes proporções. Outro aspecto deste período foi o poder de concentração e centralização, as aquisições e fusões financiadas pelo Capital Financeiro criaram grandes monopólios de produção, contrariando a visão da teoria econômica clássica de livre mercado e concorrência perfeita defendida por Smith, Ricardo e tantos outros. Ao ponto que no início do século XX Lenin descreve com clareza esta passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolístico:

*“Mas o capitalismo só se transformou em imperialismo capitalista quando chegou a um determinado grau, muito elevado, do seu desenvolvimento, quando algumas das características fundamentais do capitalismo começaram a transformar-se na sua antítese, quando ganharam corpo e se manifestaram em toda a linha os traços da época de transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada. O que há de fundamental neste processo, do ponto de*

---

<sup>1</sup> Neste ponto Marx estava mais preocupado com o fenômeno da queda da taxa geral de lucro, pois a forma assumida do lucro em juros “não entra necessariamente no nivelamento da taxa geral do lucro” (pg. 506); e justamente por isto que foge do escopo do trabalho aprofundar a questão teórica da queda tendencial, pois os juros são a peça fundamental do capital financeiro.

*vista econômico, é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas”. (LÊNIN, 2011: 216)*

Se os monopólios materializam o caráter fundamental do Capital Industrial nesta transição, no que corresponde ao Capital Financeiro foi a “exportação de capitais”. O acúmulo financeiro deste período transborda-se para “além das cercas embandeiradas que separam os quintais”<sup>2</sup> dos reinos europeus. O aspecto central da obra de Lênin está no Capital Financeiro, na sua supremacia em relação a todos os outros, e na expansão internacional deste capital.

C.-A. Michalet (1984) também analisa esse movimento para explicitar a transição de economia internacional para economia mundial. Há uma mudança qualitativa nas exportações, antes caracterizadas apenas pelo intercâmbio de mercadorias, agora está sob a forma de exportação de capitais. Nesta lógica, o autor aprofunda o elemento essencial deste processo: a exportação de capital.

*“[...]durante a etapa do capitalismo monopolista, prevalece a modalidade caracterizada pela internacionalização do capital – entendida como um deslocamento do lugar de criação da mais-valia. Na impossibilidade de aumentar a taxa de mais-valia em proporções superiores à alta do denominador (C/V), o capitalismo maduro se vê obrigado a abandonar certas atividades a nível nacional, transferindo-as (sem mudar o controle) para os países subdesenvolvidos, onde é maior a taxa de mais-valia. Este processo de deslocamento pode ser acompanhado de uma transferência de capital-dinheiro. Mas, este por si só, não pode preencher a função [...]. Ele deve-se defrontar com uma força de trabalho pronta para a venda. A exportação do capital é a exportação da relação social de produção capitalista. Pode ser calcada no capital financeiro, desde que não identificada como uma aplicação financeira”. (MICHALET, 1984: 96)*

---

<sup>2</sup> Trecho da música de Raul Seixas, Ouro de Tolo

Importante esta separação de Michalet entre “capital e capitais”. Pois, retomamos aqui o papel das SAs, estas empresas é que vão exportar seus meios de produção – e também sua tecnologia – para os países subdesenvolvidos, tornando-se Empresas Multinacionais (EMNs). Porém, suas subsidiárias se especializam na exploração de matérias-primas, montagem de manufaturados e o setor de serviços. Não havendo, portanto, transferência de tecnologia, muito menos a produção dela na periferia.

Embora muitos países tenham recebido estas empresas como meio para alcançar a industrialização, nem sempre encontraram “força de trabalho pronta para a venda”. Em alguns casos houve sérios conflitos, pois, ao adentrar em novas formações sociais e econômicas, estas empresas destruíram antigas relações sociais de produção e organização. Como, por exemplo, a Guerra do Contestado no início do século XX em Santa Catarina; com a chegada da Multinacional Southern Brazil Lumber and Colonization Company para construção da ferrovia que ligava Rio Grande – São Paulo, a população que morava nas proximidades da linha férrea fora despojada, ocasionando um dos conflitos mais sangrentos da história brasileira<sup>3</sup>.

Outro detalhe é que os bancos também seguem para caminhos fora das fronteiras, e não apenas remetem fluxos financeiros, buscam possibilidades de captar riquezas para especular e transacionar as “operações técnicas” das multinacionais. Embora seja incipiente no começo do século XX, torna-se essencial a expansão financeira mais adiante, formando o mercado de euro-dólares.

A relação entre Empresas Multinacionais e Bancos ocorre essencialmente durante o financiamento, sendo que nesta relação surgem formas de acumulação contraditórias. Não se trata apenas de empréstimos, mas de mercados secundários de ativos que viabilizam a

---

<sup>3</sup> Para mais detalhes: A Lumber, o Contestado e a História do Desmatamento da Floresta de Araucária (1911-1950), de Miguel Mundstock Xavier de Carvalho; acessado em 07/10/2015: <http://www.historiaambiental.org/a-lumber-o-contestado-e-a-historia-do-desmatamento-da-floresta-de-araucaria1911-1950/>

captação direta entre prestatante e prestatário e também especulações financeiras; o aumento das operações interbancárias, buscando fugir das regulações jurídicas impostas e possibilitando ganhos não-operacionais as empresas e bancos no estrangeiro; além de outros mecanismos que possibilitou avanços para ambas as partes.

Contudo, a lógica financeira se expande de tal forma que se sobrepõe ao Capital Produtivo, ou melhor, torna-se autônomo em relação a este, e também redefinindo-o. As transações financeiras, de todos os tipos, não atendem somente as operações técnicas, mas um mercado especulativo em forte expansão. A concorrência entre monopólios industriais se transmuta em concorrência entre instituições bancárias e não-bancárias, que, em última instância, determinam o “equilíbrio macroeconômico mundial” e o “crescimento econômico”.

## **2.2 UM SÉCULO, DOIS MOMENTOS OPOSTOS: REGULAÇÃO E DESREGULAÇÃO**

A crise econômica de 1929 marcou profundamente a história do modo de produção capitalista. Não somente pelas recessões, desemprego em massa, forte queda salarial que abalaram o mundo todo, mas pelo fato de que era preciso ocorrer modificações estruturais na economia mundial – em vista dos avanços populistas que o fascismo tomava na Europa. Mudanças estas que se materializaram de diversas formas, as duas mais relevantes foram o plano New Deal, que aqui interessa em especial as regulações impostas ao mercado financeiro pelo governo americano, e o acordo de Bretton Woods em 1944, referência da coordenação internacional das políticas econômicas, sob a hegemonia do dólar e das paridades fixas das taxas de câmbio.

A intervenção estatal nas economias neste período foi significativa. O New Deal representa bem estas ações, com uma política econômica baseada no salário e no emprego como saída de um momento trágico da história capitalista. Este plano conseguiu atingir profundamente o epicentro da crise, impondo restrições ao mercado financeiro.

*“[...] a regulamentação do sistema financeiro implicava tetos para as taxas de juros (Regulation Q), na captação e nos empréstimos*

*bancários, as especializações de funções entre instituições, e bancos regionais que eram impedidos de operar nacionalmente. Este era o arcabouço com que os Estados Unidos conseguiram que um sistema market-oriented não escapasse do controle em direção à **indisciplina financeira***". (BRAGA, 1997: 201)

Os resultados deste plano vieram poucos anos depois, reestabelecendo o poder de crescimento econômico dos EUA. Contudo, a segunda Guerra Mundial colocou novamente o mundo em situação complicada, dado que os países industrializados da Europa foram fortemente abalados, enquanto os Estados Unidos continuavam aumentando seu poder econômico e bélico. Já no final da guerra, um acordo entre países possibilitou uma nova guinada na economia mundial. O acordo de Bretton Woods, assim denominado em 1944, criou um sistema de regras e instituições que coordenavam a política econômica de um grupo de 44 países signatários, na época às principais economias do globo.

Este acordo resultou do intenso debate entre Keynes e White, respectivamente representantes da Inglaterra e dos Estados Unidos nesta conferência. Ambos com propostas “audaciosas”, no sentido de propor uma real coordenação da política econômica, procurando equilibrar os saldos dos países deficitários e os superavitários. Contudo, o “acordo de Bretton Woods foi menos ‘internacionalista’ do que desejariam os que sonhavam com uma verdadeira ‘ordem econômica mundial’”, conforme ressaltou Belluzzo (2009: 52). O poder de crescimento econômico dos EUA via-se comprometido com os equilíbrios dos saldos diametralmente opostos. Pois, saíram da guerra como “credor do resto do mundo e superavitário em suas relações comerciais”, sendo prejudicados pela ideia do “*Clearing Union*” de Keynes.

De concreto, nota-se que esse acordo possibilitou os “anos dourados” do capitalismo contemporâneo. A paridade fixa entre dólar e o ouro deu aos Estados Unidos os benefícios da *seigniorage* da moeda de reserva internacional, permitindo que este país expandisse sua matriz industrial e também se transformando em “banqueiro internacional” (BELLUZZO; 2009: 53). Nestas circunstâncias de 1944 até final da década de 1960, as economias mundiais cresceram a taxas crescentes. A Europa, em especial a Alemanha, e alguns países Asiáticos, o

Japão, reconstruíram sua indústria sendo mais avançada em alguns pontos do que a americana. Quanto ao Capital Financeiro, o acordo impedia os ganhos de arbitragem cambial (dado as paridades fixas das taxas de câmbio) e também a especulação de ativos da dívida pública dos Estados, pois a política monetária dos países estava atrelada a *seigniorage* do Federal Reserve (FED).

*“O fato é que o conjunto das relações comerciais, produtivas, tecnológicas e financeiras que nasceu do Acordo de Bretton Woods e prosperou sob a liderança americana não resistiu ao próprio sucesso”*  
(BELLUZZO, 2009:51)

Na medida em que os avanços tecnológicos possibilitaram às indústrias europeia, asiática e, em menor grau, da América Latina consolidar-se, logo começaram a competir com os produtos americanos, condicionaram déficits na balança comercial dos EUA. Internamente, os aumentos dos gastos do governo de Lyndon B. Johnson, principalmente com a guerra do Vietnã e alguns programas sociais, geraram déficits orçamentários pesados. Em complemento, a pressão política de outros países, como a França, quanto à capacidade de conversibilidade do dólar em ouro, levou a crise deste sistema cambial. Em 1971, Nixon dá o primeiro passo do fim ao “suspender a conversibilidade do dólar a uma taxa fixa com o ouro”, em 1973 “as paridades fixas, mas ajustáveis, foi substituído por um sistema de flutuações sujas” (BELLUZZO, 2009:53).

Contudo, mesmo sob a égide de Bretton Woods e das regulações americanas do New Deal, restaram aos bancos e “não-bancos” encontrar subterfúgios para escapar dos controles do FED. A concorrência entre estes para captar e emprestar dinheiro permitiu o avanço das inovações financeiras, conseguindo driblar as regulações impostas.

*“Em 1961, foram lançados os certificados de depósito negociáveis (CDs) pelo City Bank para volumes superiores a US\$100 mil, por prazos maiores que 14 dias, escapando da Regulation Q. Pagavam-se assim taxas de juros livres de tetos e garantia-se a liquidez ao título,*



*dada sua negociabilidade no mercado secundário que se aplicava”*  
(BRAGA, 1997: 203)<sup>4</sup>

A expansão dos mercados monetários<sup>5</sup> condicionou forte expansão aos *Money Market Mutual Funds*, que reuniu “poupadores de menor peso (US\$ um mil) para comprar magnitudes que permitissem acesso à rentabilidade” destes mercados (BRAGA, 1997: 203). Essa estratégia escapava das regulações por serem instituições não-bancárias, mas tinha o poder de captar grandes volumes monetários e poder emprestar. Tal mecanismo causou o um efeito de “desintermediação”.

*“A liberalização e a desregulamentação financeira lesaram os bancos ao lhes retirar as tutelas que garantiam que a criação de crédito permanecesse sua atividade prioritária exclusiva. [...] [os] fundos de investimento lançaram-se às atividades de empréstimo às empresas que era os clientes preferencias dos bancos. Sofrendo uma concorrência cada vez mais acirrada e forçados a obter lucros a qualquer preço para manter sua cotação nas bolsas, muitos bancos lançaram-se em operações de empréstimos cada vez mais arriscadas”.* (CHESNAIS, 1999: 23).<sup>6</sup>

Os bancos não somente assumiram maiores riscos, como também criaram outras inovações financeiras para competir com os fundos. Um exemplo foram as *Cash Management Accounts* (CMAs) pelo banco de investimento *Merrill Lynch*, “que combinavam elevada rentabilidade dos fundos mútuos com acesso a corretagem, lançamentos de cheques, cartão de

---

<sup>4</sup> O autor detalha que esta brecha foi “fechada” por causa da “política monetária contracionista adotada” na metade daquela década. Em 1966 foi contornado quando este mesmo banco através da sua filial em Londres lançou CDs em eurodólar, “contornando as restrições domésticas” (BRAGA, p. 203, 1997). Mais adiante trataremos dos eurodólares e petrodólares.

<sup>5</sup> “Mercado atacadista de baixo risco, elevada liquidez e instrumentos de curto prazo, composto por títulos de dívida pública e privada, [...] certificados de depósitos negociáveis, *commercial papers*, e aceites bancários” (BRAGA, p. 203, 1997)

<sup>6</sup> Poderíamos denominar como *sub-primes*, que em 2008 abalaram a economia dos EUA

crédito e linha de crédito” (BRAGA,1997: 203). Outros bancos também criaram mecanismos similares, pois a concorrência estava não somente entre estes e os fundos, mas com outros bancos que despontavam nas inovações financeiras.

Da concorrência entre bancos e não-bancos é possível abstrair dois fenômenos essenciais na dinâmica da financeirização. Primeiro a mudança no padrão de riqueza, quando se constituem as “quase-moedas” como formas de acumular riqueza; em segundo, a gestão desta riqueza passa a ser a “gestão de ativos”. As implicações diretas é um súbito aumento da liquidez e da mobilidade destes ativos, principalmente com o fim das paridades fixa e a desregulamentação a partir de 1980; e a volatilidade dos mercados financeiros, sendo crises cambiais ou de dívidas (ou ainda ambas) dos países emergentes entre 1980 e 2000 bons exemplos destas implicações.

*“É uma massa de riqueza a circular, nacional e internacionalmente, em magnitudes desproporcionais às necessidades de financiamento da produção e circulação de bens e serviços; com vigência em períodos prolongados, não apenas conjunturalmente, com o que se revela um traço estrutural, característica da financeirização como padrão sistêmico de riqueza”.* (BRAGA, 1997: 206).

Entretanto, o fim de Bretton Woods representa apenas uma parte da crise sistêmica que ocorreu na década de 1970. Neste período ocorreu um fenômeno econômico trágico: estagnação econômica e alta inflação, ou estagflação. Os sucessivos choques do petróleo levam a economia mundial a uma grave crise, tanto nos países centrais quanto na periferia. Em conjunto, as classes sociais mais abastadas viram nos anos dourados sua participação na renda cair: “Nos Estados Unidos, por exemplo, a parcela da renda nacional nas mãos do 1% mais rico caiu de uma taxa de 16% antes da Segunda Guerra Mundial para menos de 8% depois dela, tendo ficado perto desse nível durante quase três décadas” (HARVEY, 2008: 25). Em paralelo, taxas de juros reais negativas diminuíram sensivelmente o poder de acumulação do Capital Financeiro diante da recessão global. Era preciso uma contra-reação, pois partidos comunistas e socialistas estavam novamente entrando em cena, voltando às ideias do pleno emprego e do Welfare State.

A resposta veio nos avanços das políticas Neoliberais, a filosofia da liberdade individual fora bem recebida do ponto de vista social, e serviu de base para desfazer todas as amarras possíveis que havia. Livre comércio, livre mobilidade de capital e, principalmente, flexibilização dos contratos de trabalho, foram os vetores de várias propostas consubstanciadas no conhecido Consenso de Washington.

O específico desse processo é pelo fato de ter ocorrido da periferia para o centro, houve primeiro um experimento destas políticas e somente depois foram levadas a cabo nos países centrais, sobretudo nos EUA de Regan e da Inglaterra com Thatcher. Na periferia, iniciou no Chile em 1975, quando um grupo de economistas financiado pelos EUA (*the Chicago Boys*) assumiu no governo de Pinochet a tarefa de reestruturar a economia chilena através dos princípios das teorias neoliberais de Milton Friedman (HARVEY, 2008: 18). A China em 1979 tomou rumo semelhante nas reformas de Deng Xiaoping, com especificidades do Estado chinês.

*“Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais à exploração privada e não-regulada, privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio livre. O direito de companhias estrangeiras repartirem lucros de suas operações chilenas foi garantido. O crescimento liderado pelas exportações passou a prevalecer sobre a substituição de importações” (HARVEY, 2008: 18)*

Embora o objetivo final fosse controlar a inflação e reverter as baixas taxas de crescimento econômico, estas ações rompiam as amarras das relações sociais constituídas durante o período de pós-guerra, que buscavam o fortalecimento do emprego e da demanda agregada através de ampla intervenção do Estado na economia. Houve, portanto, uma mudança no foco das políticas: antes se atuava no apoio a demanda, com políticas keynesianas; depois da crise de 1970, o foco passa a ser a oferta, em especial a produtividade e a competitividade e as flutuações de preços.

De forma análoga como em Bretton Woods, o governo americano atuou via FMI e Banco Mundial (baseado no Consenso de Washington) para consolidar seu poder econômico-político-militar. Mas agora sob outra égide, não sob a coordenação das taxas de câmbio, e sim pela desregulamentação dos mercados para que suas multinacionais consigam atuar em todo o globo sem nenhuma restrição, com livre mobilidade e liquidez (HARVEY; 2008: 76).

### 2.3 DIPLOMACIA DO DÓLAR E OS TRABALHADORES<sup>7</sup>

Inicialmente, é preciso esclarecer que foge o escopo deste trabalho aprofundar o debate sobre o papel do país hegemônico na economia mundial, ou dos ciclos financeiros, como o fez Arrighi (1996) e outros autores, embora seja um importante debate teórico que ainda hoje possui lacunas a serem indagadas. Cabe apenas ressaltar alguns pontos fundamentais do país hegemônico no final do século XX que influenciaram drasticamente a dinâmica do Capital Financeiro. Assim, baseado no artigo de Tavares (1996) segue-se alguns destes pontos.

Como já descrito, os Estados Unidos adquirem, formalmente, o papel hegemônico a partir do acordo de Bretton Woods. O dólar assume a função de moeda de reserva internacional, sendo denominado nesta moeda boa parte de ativos financeiros negociados no mundo. Quando este sistema cambial apresenta seus sinais de falência, o dólar torna-se cada vez mais desvalorizado em relação às outras moedas. Concomitante, ocorre um grave problema no sistema bancário:

*“A especulação em moedas que se desata depois da ruptura do sistema de paridades fixas, torna inoperantes os mecanismos de ajustamento monetário do balanço de pagamentos. Esta nova situação de desequilíbrio monetário e cambial, à qual se agrega o excedente de*

---

<sup>7</sup> Em menção ao artigo de Tavares (1997) que norteia este subcapítulo.

*petrodólares, permite uma expansão ainda maior do mercado interbancário”. (TAVARES, 1997: 32).*

A consequência desta expansão resultou no agravamento da desregulação financeira, pois o FED foi perdendo sua capacidade de regulação e controle dos bancos americanos que abriam filiais em novas praças financeiras, aumentando sua capacidade de captar dólares fora dos EUA. Contraditoriamente, este movimento engendrou, em pouco tempo, um aumento do risco de *default*, pois além dos empréstimos interbancários, as dívidas dos países do “Terceiro Mundo e da área socialista” estavam crescendo, fato que também preocupava os Bancos Centrais de todo o mundo.

O FMI tentou sem sucesso “implementar uma nova ordem monetária internacional que lhe permitisse operar uma cesta de moedas, respaldando os Direitos Especiais de Saque (SDR em inglês)” (TAVARES, 1999). Mas, como este sistema análogo a Bretton Woods também “prejudicaria” o poder de *seigniorage* americano, houve forte aversão ao projeto por parte do presidente do FED, Mr. Volcker. A resposta veio na ação unilateral de aumentar bruscamente a taxa de juro, levando novamente o mundo às tormentas econômicas.

*“Volcker aduziu que o FMI poderia propor o que desejasse, mas os EUA não permitiriam que o dólar continuasse desvalorizado tal como vinha ocorrendo desde 1971 [...] Esta diplomacia do dólar forte custou aos EUA mergulhar a si mesmos e a economia mundial numa recessão contínua por três anos. [...] Além disso, levaram à beira da bancarrota os países devedores [Terceiro Mundo], e forçaram os demais países capitalistas a um ajuste recessivo, sincronizado com a política americana” (TAVARES, 1997: 35).*

A diplomacia do dólar forte emplacou, definitivamente, o **poder financeiro** desta moeda. Até então, o dólar possuía poder monetário oriundo de seu potencial como reserva internacional – dentro da hierarquia monetária dada. A essência desta política consiste em devolver o controle das finanças mundiais ao FED.

Como consequência, os bancos americanos reorganizam sua gestão patrimonial, redirecionando-a para os *T-bonds*. Dessa forma, estão novamente sob a “regulação” do FED. Além disso, ocorre a redução dos empréstimos aos países do Terceiro Mundo, gerando graves crises como ocorreu no México, Brasil e outros, e das operações interbancárias, dando maior poder à política monetária do FED.

Posteriormente, forçou um ajuste recessivo em todas as economias, com as devidas peculiaridades em cada uma, como o Japão e a Alemanha. Em síntese:

*“O ‘equilíbrio macroeconômico’ da economia mundial, dada a ‘dolarização’ generalizada do sistema de crédito, obriga a maioria dos países a praticar políticas monetárias e fiscais restritivas e obter superávits comerciais crescentes para compensar a situação deficitária global da potência hegemônica. Esta política, por sua vez, esterilizam o potencial de crescimento endógeno das economias nacionais e convertem os déficits públicos em déficits financeiros estruturais, inúteis para uma política de reativação econômica, de corte keynesiano”.* (TAVARES, 1997: 36).

Finalmente, ao impor certa “coordenação econômica”, abre-se espaço para determinação das “políticas boas”, como descreveria Ha-Joon Chang, dado o poder político e, essencialmente, financeiro do dólar. Neste sentido, o Consenso de Washington teve papel fundamental na financeirização global, e não somente na tríade EUA-Europa-Japão, mas ao restante do globo, em especial a América Latina e alguns países da Ásia<sup>8</sup>.

Estes dois casos apresentam distintos aspectos econômicos, cabe ressaltar o que corresponde ao mercado de trabalho destas regiões. No caso asiático, sobretudo China, Taiwan, dentre outros, as EMNs deslocaram parte de sua produção para estes locais, em outras palavras terceirizaram alguns processos. Principal motivo são os baixos salários e certa

---

<sup>8</sup> No capítulo III o tema sobre a inserção financeira dos países periféricos será retomado.

“flexibilidade” na contratação; como resultado, mesmo que estas empresas tenham proporcionado forte crescimento à economia, como a chinesa por exemplo, na década de 1990 e 2000 a desvalorização e precarização do trabalho são violentas.

Já na América Latina o aspecto financeiro tomou outra forma: especulação contra títulos públicos e moedas fracas. As crises das dívidas e consequentes moratórias levaram muitos países a graves crises econômicas, surtos inflacionários e desemprego em massa. Os fluxos financeiros estavam baseados em Investimento de Carteira, de prazos curtíssimos e alta volatilidade.

A questão que se levanta é quem sofre mais com os impactos causados pela financeirização e as crises proporcionadas por este? O Capital Financeiro, dotado de liquidez e mobilidade, “foge” para lugares mais seguros e relativa rentabilidade, ou, pelo menos, com menor risco de quebra. O Capital Produtivo, os efeitos podem ser variados, mas as grandes Empresas Multinacionais podem adotar estratégias financeiras, buscando ganhos não-operacionais, ou aproveitando a “quebradeira” e realizando fusões/aquisições que ampliam ainda mais seu potencial lucrativo. Mas, aqueles que dependem do salário, são fortemente atingidos; não só pelo desemprego devido à recessão econômica ou desvalorização do trabalho, mas também aos ajustes fiscais dos governos devido aos déficits financeiros.

Em síntese, buscou-se demonstrar a autonomização e supremacia do Capital Financeiro frente as outras frações do capital geral. No decorrer do século XX, a classe financeira conquistou seu espaço político e social, impondo sua lógica de acumulação via Estado, Bancos Centrais, Bancos e não-Bancos e no mercado financeiro. Não tardou para transformar a dinâmica econômica mundial, causando crises sistêmicas e periódicas, além de afetar negativamente o mercado de trabalho.

### CAPÍTULO III – O DESLOCAMENTO E O DESCOLAMENTO

A internacionalização do capital ocorre pelo ciclo individual e interdependente do capital mercantil, do capital produtor de valor e de mais-valia e do capital-dinheiro, assim denominados e descritos por Marx. Tanto Michalet (1983) quanto Chesnais (1996) se apropriam destes ciclos para explicar este movimento do capital em sua totalidade, “em particular para situar o momento quando se passa à *economia mundial*”. Este momento efetiva-se na medida em que se desloca o capital produtivo, tornando-se o centro da mundialização.

O Investimento Estrangeiro Direto (IED) torna-se uma importante variável a ser analisada, pois representa Capital na forma Capital-Dinheiro, possuindo a propriedade de capital. Através dessa variável podemos observar o comportamento de parte da circulação do capital-dinheiro, justamente aquela parte que corresponde ao deslocamento do capital produtivo, tanto geográfico como setorialmente.

Além de possibilitar a identificação de características como a concentração, que representa um sério problema do ponto de vista das desigualdades sociais no mundo.

*“[...] o movimento do capital monetário [capital-dinheiro], que se ergue como força plenamente autônoma diante do capital industrial, deixando a este uma única alternativa: ou acentuar o movimento no sentido de profunda interpenetração com o capital monetário, ou submeter-se às exigências deste” (CHESNAIS, 1996: 52-53).*

O IED é definido pela UNCTAD como um “investimento que envolve uma relação de longo prazo e que reflete um interesse duradouro por uma entidade residente numa economia (investidor direto estrangeiro ou empresa-matriz) em outra economia”<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Obtido em: <http://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/summary.aspx>; acessado em 05/10/2015; traduzido pelo autor.



Além do IED, outra forma do capital-dinheiro que também afeta a dinâmica global é o Capital Fictício e seus desmembramentos. As inovações financeiras possibilitaram a criação de ativos que se descolam de sua vinculação real, ou melhor, são inflados por expectativas de rendimento futuro e/ou juros correntes que alteram nominalmente o valor da riqueza num determinado período de tempo. Para tanto, é fundamental o desenvolvimento do mercado secundário, dando maior liquidez aos ativos e viabilizando estas operações de “soma zero”.

### 3.1 ASPECTOS DO IED NA MUNDIALIZAÇÃO

A teoria da Mundialização do Capital destina uma atenção especial ao papel do IED na economia mundial. A teoria Ricardiana ou do Comércio Internacional dos manuais de economia defendem, quase que exclusivamente, que os “vínculos de interdependência entre países passam sobretudo pelo comércio, com o IED e as multinacionais desempenhando, quando muito, um papel secundário” (CHESNAIS, 1996:51). Apesar de que em seu tempo histórico os dados não eram tão refinados quanto hoje, Chesnais (1996) busca apresentar alguns aspectos importantes deste fluxo, ressaltando as consequências destes.

O IED apresenta algumas características que causam diferentes impactos. Dois deles serão tratados neste capítulo: a concentração de IED e de riqueza global nos países da tríade (EUA, Alemanha e Japão), causando sérios problemas de desigualdades sociais; e o direcionamento setorial com maior foco em serviços – principalmente de intermediação financeira – condicionando o país receptor a uma especialização pré-definida pela estratégia das EMNs

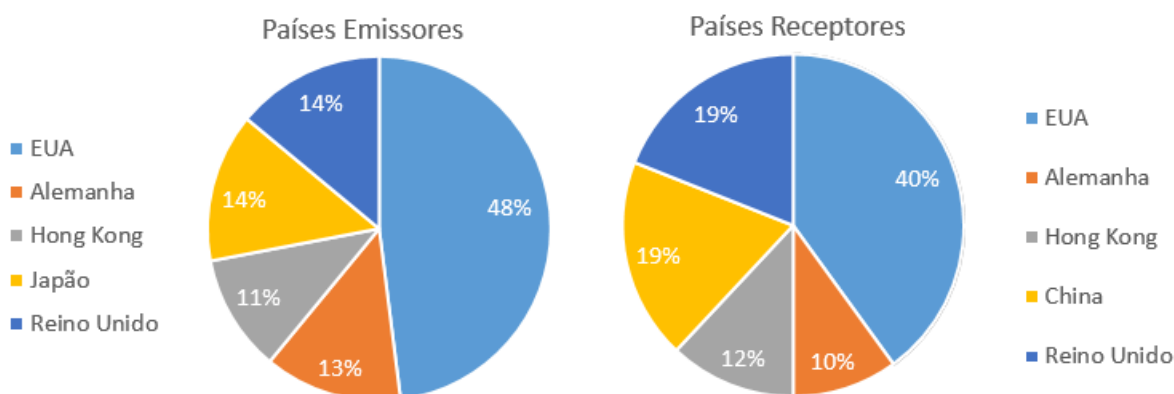
O gráfico 1 apresenta os cinco países que mais remeteram IED (*outward*) e os que mais receberam (*inward*). A única diferença entre os grupos é que a China toma o lugar do Japão no quesito de recebimento, o que é esperado dado a inserção daquele no processo de financeirização, baseado principalmente nos investimentos de *greenfield*<sup>10</sup>. Em relação ao IED

---

<sup>10</sup> No próximo subitem o tema da inserção periférica será abordado com maior aprofundamento

global, estes grupos representam 38% do *inward* e 46% e do *outward*. Esta concentração de IED proporciona grandes benefícios a estas economias, principalmente no fortalecimento da indústria.

**Gráfico 1** – Países Emissores e Receptores de IED



**Fonte:** UNCTAD, Data Center online, 2015; elaboração própria

Neste aspecto adentramos em um ponto levantado por Chesnais (1996: 62-63): o fluxo de investimento intratriádico, devido ao investimento internacional cruzado. Mas qual o real motivo da concentração na tríade EUA-Japão-Alemanha? Tavares (1992) detalha o ajuste macroeconômico e a reestruturação industrial nos países centrais no pós-crise de 1970 e da Diplomacia do Dólar já comentados anteriormente.

A autora ressalta que o Japão e Alemanha tiveram respostas específicas e “bem-sucedidas na reestruturação industrial, provocando acentuadas mudanças na divisão internacional do trabalho” (TAVARES, 1992: 21). Ambos os países experimentaram o que Hilferding designou de “capitalismo organizado”, uma “integração orgânica entre a grande empresa, os bancos e o aparelho do Estado nacional” (TAVARES, 1992: 22) que possibilitou grandes avanços à indústria, principalmente o setor de alta tecnologia e o metalmeccânico.

No Japão esta integração ficou conhecida como “*keiretsu*”, que era formado “pela conglomeração de empresas em grupos financeiros, centralizados em bancos-chave” (TAVARES, 1992: 33). Dessa forma havia maior flexibilidade financeira, podendo assumir

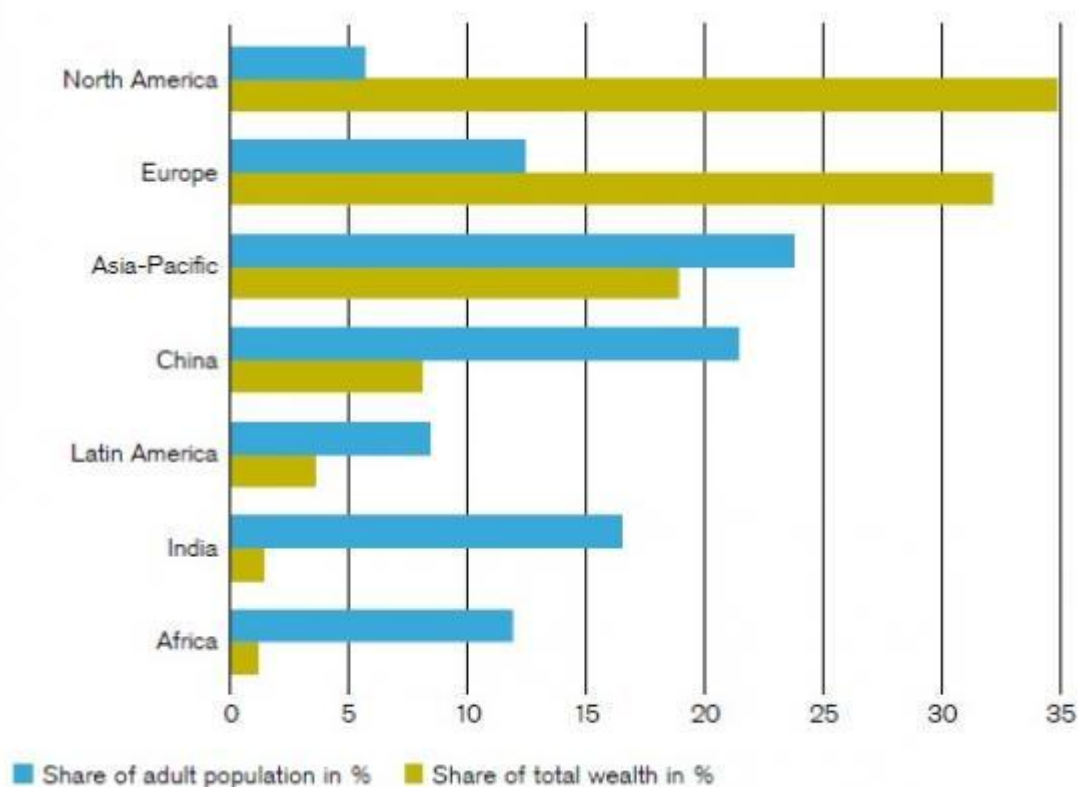
riscos de curto prazo, inclusive os “bancos japoneses emprestavam maiores quantias e toamvam menos cuidado com a qualidade dos devedores” como detalhou Krugman (2009: 67). Pois o risco moral era bancado pelo emprestador de última estância: o Estado.

Não obstante a grande concentração de IED, a tríade apresenta elevados níveis de concentração de **riqueza**, que é completamente diferente da desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini. Em artigo publicado no *blog Crítica da Economia*, Castro (2015) apresenta dados obtidos do estudo da Credit Suisse Bank (“Global Wealth Report 2014”, October 2014) que enaltecem esta situação, sendo os EUA o país com maior concentração e crescimento de riqueza:

*“Os Estados Unidos é a máquina de crescimento. Enquanto muitas áreas, particularmente as nações da Europa Ocidental, alcançaram razoáveis acréscimos de riqueza, os EUA comandaram novamente o processo com uma elevação de US 8.9 trilhões nos doze meses encerrados em meados de 2014. Para 2013, estimamos que US\$ 12.9 trilhões foram adicionados ao estoque de riqueza do país. Isso supera o ganho em qualquer ano (ou qualquer país) desde que esta série foi iniciada em 2000, e restaura o montante (US\$ 12.3 trilhões) perdido pelos cidadãos dos EUA durante a crise financeira. Quer dizer, os EUA recuperaram em um único ano todos os ativos perdidos durante um dos mais sérios abalos financeiros da história”.* (CASTRO, 2015)

O estudo apresenta uma demonstração contundente da hegemonia econômica da tríade. Como se pode observar o Gráfico 2, as barras azuis representam a participação percentual de cada área/país na população adulta mundial e as barras amarelas, a participação na totalidade da propriedade capitalista. Somente a população adulta da América do Norte, que representa pouco mais de 5% da população adulta global, detêm quase 35% da propriedade do capital. Tratando-se da tríade temos a assombrosa concentração de 80% da riqueza, segundo estimativa do artigo.

**Gráfico 2 – Porcentagem da População Adulta e da Riqueza**



**Fonte:** Credit Suisse Bank, Global Wealth Report 2014, October 2014; apud CASTRO, 2015

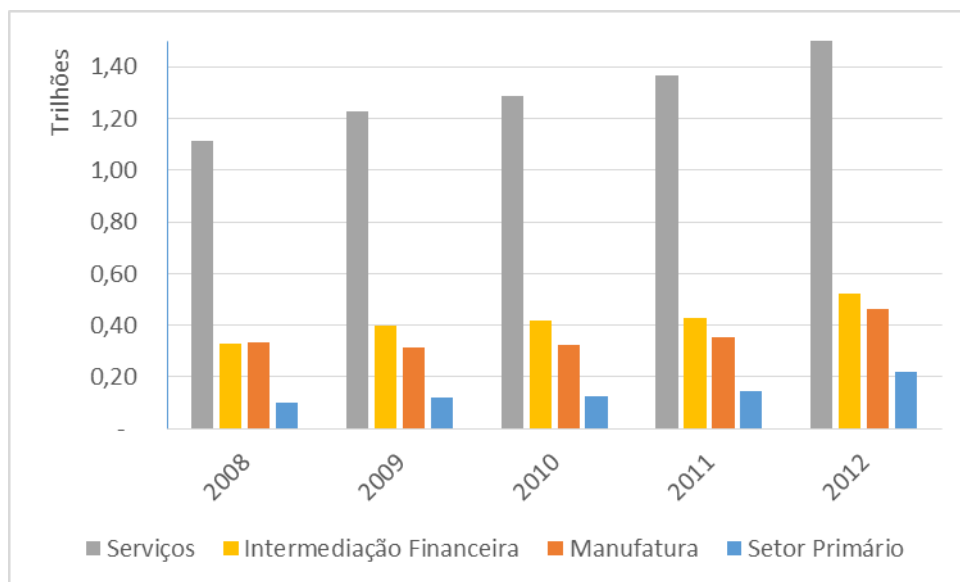
Outro aspecto importante do IED é quanto o setor que recebe estes investimentos, novamente confirmando-se as ideias de Chesnais (1996). O setor de serviços, sobretudo de intermediação financeira, recebe maior parte destes recursos. O gráfico 3 possui a média do estoque dos principais países emissores por setor<sup>11</sup>. Ressalta-se a relevância do segmento de serviços caracterizado como “Intermediação financeira”, que representou em média neste período cerca de 30% de todo o estoque de IED de Serviços; ou seja, a financeirização das economias também passa pelos fluxos de IED, consolidando as estratégias dos bancos e não-

---

<sup>11</sup> Dos cinco maiores foi excluído Hon Kong, pois este país não é membro da OCDE e, portanto, não possui dados. Os valores correspondem ao estoque (*position at year end*) para demonstrar a relevância de cada segmento no médio prazo, dado que os fluxos variam muito no curto período que dispõem de dados devido à crise de 2008.

bancos de fugir da regulamentação financeira residente, tema já elencado no capítulo dois deste trabalho.

**Gráfico 3** – Valor médio do Estoque de IED por Setor



**Fonte:** OECD, 2014; elaboração própria

Chesnais (1996) observa dois elementos que explicitam este aspecto:

*“[primeiro] o domínio que esses grupos [conglomerados multinacionais] querem manter sobre aspectos complementares dos quais depende parte da rentabilidade de suas operações; [segundo] o lugar que certos serviços continuam ocupando, em relação ao movimento total de valorização do capital” (CHESNAIS, 1996: 188)*

Na década de 1990 este direcionamento tomou grandes proporções, atingindo mais de 50% do IED total (CHESNAIS, 1996: 185). Este montante se deve em grande parte as privatizações incentivadas pelo Consenso de Washington, que dominavam o pensamento dos governos naquele tempo. No Brasil o setor de telecomunicações é um bom “agente representativo”, pois neste período foi privatizada a Telebrás (empresa estatal de

telecomunicações que detinha o monopólio do setor), configurada como a maior privatização já realizada no mundo, atingindo a cifra de R\$ 22 bilhões<sup>12</sup>.

Embora tenham surgido diversas novas empresas no setor, nesta última década ocorreram várias fusões e aquisições que levaram a um oligopólio estrangeiro, apenas três grupos (Tim, italiana; Claro/Embratel/Net, mexicana; e Telefónica/Vivo, parte espanhola e outra portuguesa) detinha mais de 70% dos acessos telefônicos em 2009, segundo estudo realizado pelo IPEA (2010: 8).

### 3.2 INTEGRAÇÃO PERIFÉRICA NA FINANCEIRIZAÇÃO

Após descrever os principais aspectos do IED, pretende-se agora identificar como ocorreu a inserção da periferia no processo de financeirização/mundialização do capital. Como base será utilizado o texto para discussão do prof. Carneiro (2007: 30), que identifica dois padrões de inserção: um de perfil financeirizado e outro produtivista. No primeiro, possui um caráter fundamentalmente patrimonial, baseado em fusões e aquisições (F&A); enquanto o segundo representa investimentos *greenfield*, investimentos que ampliam a capacidade produtiva.

A Tabela 1 permite diferenciar a inserção destas duas regiões periféricas: a América Latina com perfil financeirizado; e a Ásia, sobretudo o leste asiático como se verificará mais à frente, com perfil produtivista.

A implicação deste padrão consiste na instabilidade do crescimento econômico, pois até 1980 a América Latina possuía um crescimento mais estável, em média 5,6% com coeficiente de variação de 0,5%, o Leste Asiático era mais instável, com taxa média de 5,5%,

---

<sup>12</sup> Para ver mais detalhes:

[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/BNDES\\_Transparente/Privatizacao/telecomunicacoes.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/telecomunicacoes.html) acessado em: 08/11/2015

e variação de 1,06%. Já posteriormente esta década a situação se inverte, com taxa média de 2,17 (variação 1,06%) e 7,98% (0,27%) respectivamente para América Latina e Leste Asiático.

**Tabela 1** – Economias em desenvolvimento: F&A/IED (entradas)

Região	1990	1995	2000	2004
Economias em desenvolvimento	45%	14%	28%	23%
América Latina	120%	29%	46%	37%
Ásia em desenvolvimento	18%	8%	15%	17%

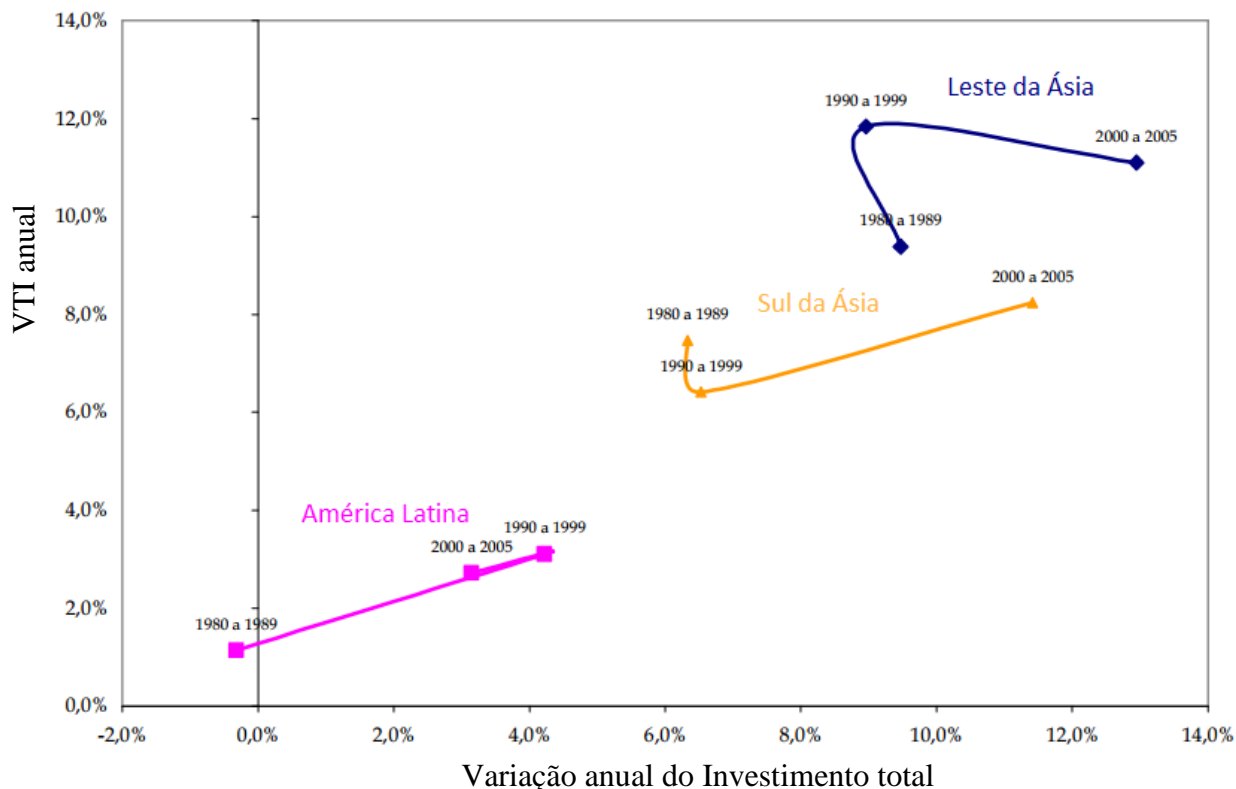
**Fonte:** UNCTAD, FDI on line; apud: CARNEIRO, 2007: 34

*“[...] no padrão de crescimento vigente após 1980, o qual supõe economias mais abertas do que no passado e, portanto, mais suscetíveis à dinâmica global, o paradigma virtuoso ou produtivista implica a simultânea ampliação da taxa de investimento, do valor adicionado industrial, e da exportação de manufaturados. A chave do seu sucesso reside na mudança tecnológica, que permite aumentar a produtividade e os salários. [...] Por sua vez, a ausência de autonomia tecnológica, o ponto de partida desse processo, implica necessariamente uma ampliação do coeficiente exportado como mecanismo de aumentar as importações, sobretudo aquelas de meios de produção, condição necessária para adquirir, num segundo momento, essa autonomia”.* (CARNEIRO, 2007: 37)

A constatação do perfil produtivista pode ser avaliada a partir do gráfico 4. Nele tem-se a taxa de Variação da Transformação da Indústria (VTI) anual e a taxa de crescimento do investimento total. Pode-se perceber que no caso asiático houve forte crescimento de ambas variáveis, principalmente depois da abertura financeira na década de 1990, “indicando a incorporação de segmentos mais intensivos em capital” (CARNEIRO, 2007: 36). Quanto aos países da América Latina, a performance ficou bem aquém, inclusive demonstrando um sério

problema de queda da taxa de investimento total. Assim, nota-se que houve um processo contrário ao asiático, pois ocorreu um direcionamento para atividades não intensivas em capital, ou melhor, intensivo em trabalho e recursos naturais (*commodities*).

**Gráfico 4** – Emergentes: Crescimento do Investimento e VTI anual



**Fonte:** Banco Mundial, World Development Indicators; apud CARNEIRO, 2007: 37

O direcionamento das atividades resulta da estratégia adotada pelas EMN, que reforçam a antiga divisão internacional do trabalho visando aumentar sua lucratividade, pois conseguem explorar características locais, sendo os baixos salários da indústria, no caso asiático, e abastecimento de matéria-prima, no caso América Latina, devido à dotação abundante de recursos naturais (minerais ou agrícolas).

Para além do economicismo, em analisar somente a questão da dinâmica econômica causada pelo paradigma tecnológico-produtivo e financeiro, é preciso também pensar nos problemas que este perfil de inserção periférica impõe aos trabalhadores dessas regiões. Na Ásia, embora tenha ocorrido uma redução da pobreza em termos absolutos, principalmente na



China, problemas de precarização do trabalho, sendo muitos casos com trabalho análogo a escravidão<sup>13</sup>. Também na China ocorreu o maior processo migratório histórico da zona rural, sendo que nos últimos trinta anos foram 500 milhões de pessoas. Segundo a agência de notícias Reuters, o governo chinês pretende planejar uma migração ordenada de 100 milhões de pessoas até 2020<sup>14</sup>.

Já para os trabalhadores latino-americanos o endossamento como economia agroexportadora causa problemas econômicos que afetam negativamente o mercado de trabalho. A primarização implica baixo rendimento para pequenos agricultores, pois os grandes produtores de soja, milho, algodão, minerais e outros, conseguem, em certa medida, exportar a produção mantendo sua renda. Quanto à instabilidade das taxas de crescimento, indica que não há um movimento de crescimento endógeno, portanto tendo grandes problemas de desemprego estrutural e conjuntural, principalmente diante de crises mundiais, como a de 2008 nos EUA e 2011 na UE.

Por fim, retornando à questão financeira, os Estados periféricos possuem baixa capacidade fiscal e problemas com dívida pública (tendo que pagar altos prêmios de risco) que recaem sobre os trabalhadores na forma de ajuste fiscal, seja via aumento de impostos ou desemprego pelas políticas de austeridade econômica.

### **3.3 CAPITAL FICTÍCIO E O DESCOLAMENTO**

A escola francesa da Regulação descreve efetivamente o deslocamento (geográfico e setorial) do Capital Produtivo, sendo este subalterno ao ciclo do Capital Financeiro. Contudo, é preciso ir mais a fundo na análise do novo patamar do desenvolvimento capitalista em nossa

---

<sup>13</sup> Ver documentário “Blue China”, 2005, dirigido por Micha Peled. Uma menina de 17 anos que trabalha numa fábrica de calças jeans e ganha meio Yuan por hora de trabalho (US\$ 0,07)

<sup>14</sup>

<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN0FZ19F20140730?pageNumber=1&virtualBrandChannel=0;>  
acesso em 29/10/2015

era, em especial o epicentro da expansão do Capital do Financeiro: o descolamento do vínculo criado entre estas duas formas do Capital. Para tanto, é preciso retornar a alguns conceitos de Marx e, ousadamente, tentar atualizá-los ao *modus operandi* atual.

*“A acumulação do capital-dinheiro propriamente dito. Até onde é indicadora de verdadeira acumulação de capital, isto é, de reprodução em escala ampliada? A chamada plethora de capital, designação que se aplica sempre ao capital produtor de juros, ao capital-dinheiro portanto, é apenas maneira especial de expressar a superprodução industrial ou constitui fenômeno particular, ao lado dela? (MARX, 1974:547)*

Estas indagações feitas por Marx sintetizam o problema do descolamento do Capital Fictício. Como pode ocorrer o crescimento do Capital Produtivo ou do Capital Industrial na reprodução ampliada, *pari passu* da “pletora de capital”? A resposta é extremamente complexa, tanto teórica quanto prática. Pretende-se descrever alguns elementos importantes deste debate e demonstrar como se posiciona o trabalho nesta nova dinâmica.

Os títulos de propriedade das SAs<sup>15</sup> constituem direito sobre Capital Real, com expectativa de apropriação de mais-valia futura como pagamento. Como exemplo, a compra de uma ação da Petrobras, dá o direito de propriedade sobre uma pequena fração da empresa e, portanto, direito sobre o lucro por ela produzido. Assim como descrito por Marx (1974: 548): “[...] não permitem que se disponha desse capital, que não pode ser extraído donde está. Apenas dão direito à parte da mais-valia a ser obtida”. Os acionistas da Petrobras não recebem barril de petróleo ou uma plataforma de exploração como reconstituição do valor da ação.

Assim, “estes títulos constituem também duplicação em papel do capital real, como se o conhecimento de carga pudesse ter um valor além do da carga e ao mesmo tempo que ela”

---

<sup>15</sup> Marx também se refere a títulos públicos da dívida, pois o detentor tem direito a parte da arrecadação do Estado no futuro, além de poder negociar este título no mercado secundário.

(MARX, 1974). O “valor além da carga” constitui a propriedade específica destes títulos, que amplifica o caráter fictício e seu potencial de liquidez. Além de serem capital produtor de juros, por se apropriar do rendimento futuro, são reembolsáveis como valor-capital no mercado secundário, sujeito assim as oscilações de preço:

*“Ganhar e perder por meio das oscilações desses títulos, a centralização deles nas mãos dos reis das ferrovias, etc. são cada vez mais o resultado da especulação, do jogo. Este e não o trabalho, aparece na condição de modo original de adquirir capital, substituindo também a violência direta”.* (MARX, 1974: 549; grifo meu)

Apesar dessa relação de duplicação, não significa que exista diretamente ao crescimento pletora de capital a conjunta expansão do Capital Produtivo. Marx evidencia que esta relação ora pode ser negativa, ora positiva, dependendo do ciclo do Capital Industrial.

*“Nem todo acréscimo de capital-dinheiro que se pode emprestar representa acumulação real de capital ou ampliação do processo de reprodução. Isto se revela com maior clareza na fase do ciclo industrial que vem logo depois de passada a crise, quando capitais de empréstimo se amontoam ociosos”.* (MARX, 1974: 557)

Nessa passagem, alguns acontecimentos econômicos – como queda da produção e dos preços, baixa taxa de juros, redução da massa salarial e das transações – que diminuem a quantidade necessária de meios de circulação, reduz a procura de capital-dinheiro de empréstimo, tornando-o abundante, contrário ao Capital Produtivo que está em estagnado ou em queda dependendo do setor.

Já a expansão em conjunto ocorre:

*“Quando o processo de reprodução de novo atinge a fase de prosperidade que precede à de tensão extrema, alcança o crédito*

*comercial extensão muito grande, que volta realmente a repousar na base “sólida” de retornos fáceis de dinheiro e de produção expandida. Nessa fase, o juro ainda continua baixo, embora se eleve acima do mínimo. Na realidade, esta é a única fase em que se pode dizer que baixa taxa de juro e, por conseguinte, abundância relativa de capital de empréstimo coincide com a expansão efetiva do capital industrial” (MARX, 1974: 561)*

A prosperidade relaciona baixa taxa de juro e potencial de lucratividade, dado a retomada do crescimento econômico. O montante acumulado de capital portador de juros diante da procura por empréstimos ocorre concomitante à expansão industrial que usufrui deste montante para investir na produção e no momento do ciclo. Mas, pela ideia de ciclo, o processo se reverte:

*“A facilidade e a regularidade dos retornos, conjugadas com crédito comercial expandido, asseguram a oferta de capital de empréstimo, apesar da procura acrescida, e impedem que se eleve a taxa de juro. Surge então em cena número considerável de embusteiros que trabalham sem capital de reserva, sem qualquer capital, operando totalmente na base do crédito monetário. Acresce ainda a grande expansão do capital fixo em todas as formas e a fundação em massa de novas e vastas empresas. O juro chega então ao seu nível médio. Volta a atingir o nível máximo, quando irrompe a nova crise, quando o crédito cessa de súbito, estancam os pagamentos, paralisa-se o processo de reprodução, e, com as exceções antes mencionadas, surge, ao lado da escassez quase absoluta de capital de empréstimo, plethora de capital industrial desocupado” (MARX, 1974: 561)*

A partir destes elementos apresentados por Marx<sup>16</sup>, pode-se abstrair algumas conclusões. Primeiro, a obra foi escrita num momento histórico onde o Capital Industrial era dominante, sendo as funções do Capital Financeiro (capital-dinheiro, ou empréstimo e Capital Fictício) subordinados ao seu ciclo. Logo, este ciclo é que determinava a capacidade de descolamento do Capital Financeiro, sendo limitado pelas crises cíclicas.

Segundo, a possibilidade de especulação como forma de acumulação de capital-valor: “Este e não o trabalho, aparece na condição de modo original de adquirir capital”, Marx já denotava que havia estratégias financeiras de ganhos às empresas, além da extração de mais-valia. O trabalho vai se submetendo às novas formas de acumulação redefinidas pelas estratégias financeiras das empresas que operam sobre lógica financista.

As ideias de Marx estão tão vivas quanto em seu tempo. Entretanto é preciso aprofundar algumas características que não eram expressivas na dinâmica capitalista do século XIX, especialmente em relação à acumulação especulativa que ganha nova forma e redefine sua relação com o Capital Industrial criando o Capital Especulativo Parasitário (CARCANHOLO, NAKATANI, 2015). Esta nova forma do Capital Fictício cria formas específicas de especulação e acumulação, a saber, os derivativos (CARNEIRO, 2011).

### **3.3.1 CAPITAL ESPECULATIVO PARASITÁRIO**

Para Carcanholo e Nakatani (2015), o Capital Fictício possui um movimento próprio, independente do Capital Industrial e cresce de diferentes modos (alterações no juro, câmbio, oscilações da bolsa...). Assim, este capital assume uma forma especulativa e parasitária, dado que “dentro de certos limites, o volume de capital fictício não compromete substancialmente a lógica da acumulação do capital industrial e a sua trajetória” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015: 52).

---

<sup>16</sup> No Livro III o capítulo XXX e os seguintes há um maior aprofundamento sobre o descolamento entre capital real e capital dinheiro de Marx; porém, estes pontos elencados são mais importantes a esta pesquisa.

Além do mais, a sua remuneração é baseada em juros, através dos ganhos de capital ou na especulação, provenientes de outros capitais, sobretudo, do Capital Industrial. Logo, “o capital fictício é um capital não-produtivo, da mesma maneira que o capital a juros” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015: 52). No entanto, este último possui uma função social importante no ciclo do capital industrial – como já comentamos a importância do crédito em Marx – sendo o Capital Fictício um capital não-produtivo, e que não cumprindo nenhuma função necessária no ciclo industrial, podendo ser considerado um verdadeiro mordomo inglês de Smith atualizado para o século XXI.

*“Uma explosão no volume do capital fictício pode ocorrer em diversas conjunturas de maneira a torná-lo capaz de alterar a lógica do capital industrial. Essa explosão pode ser o resultado do crescimento acelerado da dívida pública de diferentes Estados nacionais; de elevados déficits da balança comercial ou das transações correntes; de circunstâncias em que se incrementem substancialmente as taxas de juros ou se produza instabilidade nos mercados de câmbio futuro de dificuldades de padrão monetário. A questão do descolamento ou explosão do capital fictício torna-se um problema para o capitalismo”* (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015: 53; grifo meu)

No momento que o Capital Fictício ultrapassa certos limites da reprodução do Capital Industrial, constitui-se o Capital Especulativo Parasitário. Um Capital que não produz valor e nem mais-valia, mas que contraditoriamente, se valoriza e se apropria de excedente-valor de outros capitais. Este desmembramento fictício possui uma característica instigante na economia política: “o não compromisso com o valor de uso e, apesar disso, a autovalorização” (CARCANHOLO, NAKATANI, 2015: 54).

Não obstante, temos que quando o Capital Financeiro se expande conjuntamente com o Capital Fictício, ocorrendo uma reorganização dos capitais gerais da reprodução ampliada:

*“O que antes era capital industrial, síntese das formas autonomizadas de capital produtivo, capital comercial e capital a juros, hegemônico*

*pelo primeiro e dominante sobre o capital fictício, converte-se em capital especulativo, síntese das mesmas formas funcionais, mas antinômico e dominado pelo capital especulativo parasitário, já mencionado. O capital industrial, cuja lógica é a apropriação baseada na produção de mais-valia, converte-se, não em capital parasitário, mas em capital especulativo, por haver tornado aspecto dominado da contradição” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015: 55)*

Essa transformação dos capitais cria uma nova dinâmica capitalista operada sob a lógica financeira/especulativa parasitária. Os descolamentos sob esta égide geram crises estruturais e conjunturais, com espaços de tempo curto ou mais longo e servem de retorno a base real deturpado pelos lucros fictícios, ou seja, as crises funcionam como “moderadoras” do volume ascendente do Capital Fictício, em especial, o especulativo parasitário em relação à base produtiva. “As crises freiam o crescimento desse capital, destruindo parte dele, mas aceleram o da miséria [dos grandes contingentes populacionais]” (CARCANHOLO; NAKATANI, 2015: 57)

### **3.3.2 OS DERIVATIVOS COMO FORMA ESPECÍFICA DE CAPITAL ESPECULATIVO PARASITÁRIO**

Os derivativos são instrumentos financeiros utilizados há muitos séculos. Na Grécia Antiga já havia sinais desta forma de contrato, pois Aristóteles descreve um contrato de opção e refere-se à venda de contratos a termo de arroz, protegendo os agricultores das variações de preços (CARNEIRO et al, 2011). No entanto, este instrumento foi tomando forma e proporções diferentes ao longo da história do capitalismo, sendo que atualmente o mercado de derivativos, em termos de volume de operações, é o mais importante do mercado financeiro.

O conceito de derivativos, segundo Carneiro et al. (2011: 4), é “um contrato bilateral que estipula pagamentos futuros cujo valor está vinculado ao valor de outro ativo, índice ou taxa ou, para alguns casos, depende da ocorrência de um evento”. Portanto, numa data futura, dois agentes econômicos trocam de posição de acordo com o ativo que está vinculado ambas as partes, sendo o resultado um “jogo de soma zero”, onde os ganhos e perdas são iguais.

Estas características dão aos derivativos a categoria de Capital Especulativo Parasitário, pois as operações não criam valor (exceto pelos emolumentos pagos por ambas as partes), somente se apropriam do valor-excedente de outro capital.

No mundo estas transações já são bem difundidas, sendo que o valor nocional<sup>17</sup> global de derivativos no ano de 2013 ultrapassou os US\$ 700 trilhões (BM&FBOVESPA; CVM, 2015: 21). O gráfico 6 mostra a evolução desde 1998 a 2009 do valor nocional dos contratos, categorizados pelo ativo subjacente. Pode-se observar que o ativo subjacente mais utilizado são os vinculados a taxa de juro e câmbio. Se compararmos ao PIB mundial, temos que o valor nocional em 2013 é nove vezes maior. Os derivativos possuem a propriedade de alavancagem muito acima das médias praticadas pelos bancos, pois a motivação que leva os agentes a realizarem esta operação consiste em diferentes expectativas futuras, cada um assumindo uma ponta para cobrir risco em operações comerciais ou financeiras (CARNEIRO et al, 2011)

Quando se trata de ativos subjacentes à operações comerciais, sobretudo *commodities*, existe certos limites de alavancagem, pois a produção agrícola não é elástica em relação à criação de derivativos, apenas concede um nível de preço que possibilite ganhos ao produtor diante das oscilações de preços deste segmento. Agora, ao se tratar de ativos subjacentes à juros e câmbio, que conforme o gráfico 5 são majoritários em valores globais, a alavancagem é praticamente *ad infinitum*. O que abre espaço para ocorrer forte expansão do Capital Especulativo Parasitário, especulando contra moedas e taxas de juros dos países periféricos, que comumente passam por problemas de desvalorização ou altas taxas de juros, como o caso do Brasil com uma taxa de juro de 14,15% a.a. e uma taxa câmbio a R\$3,86.<sup>18</sup>

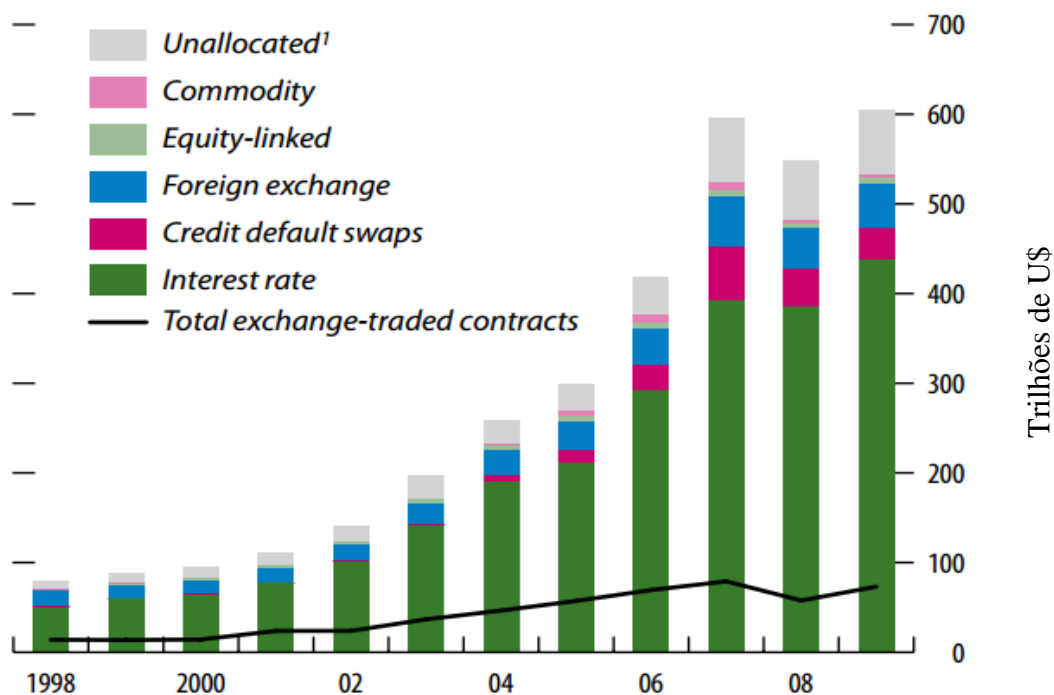
---

<sup>17</sup> O valor nocional é o valor total do ativo subjacente controlado pelo derivado.

<sup>18</sup> Dados obtidos em 30/10/2015; em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>



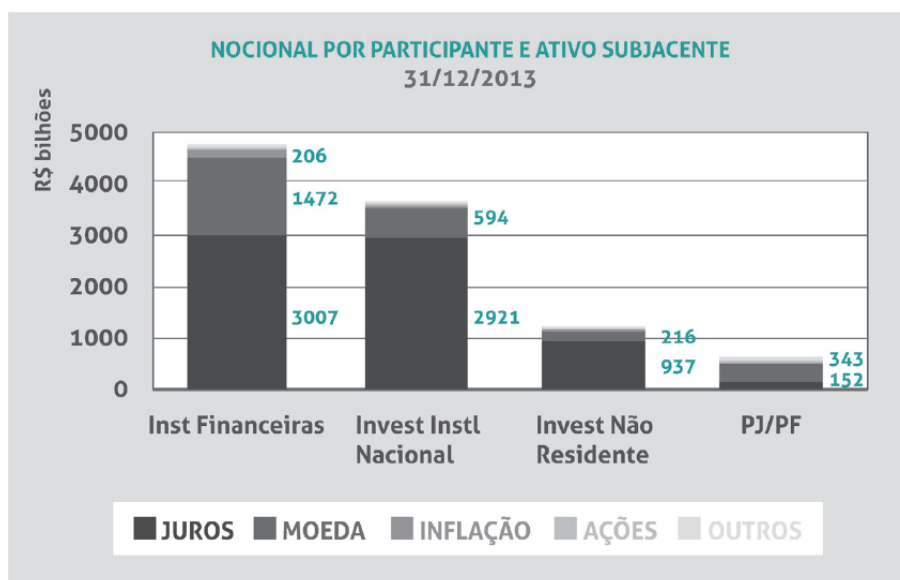
**Gráfico 5 – Mercado Global de Derivativos**



**Fonte** - IMF, 2010: 93

O gráfico 6 demonstra as principais características do mercado de derivativos no Brasil. Seguindo o padrão global, juro e câmbio são os principais ativos subjacentes, sendo a inflação um aspecto específico dos problemas econômicos. Outro detalhe é que os principais agentes são instituições financeiras, que buscam na especulação grande potencial de lucratividade, principalmente para os seus fundos de investimento.

**Gráfico 6 – Brasil: Valor Nocial por Participante e Ativo Subjacente**



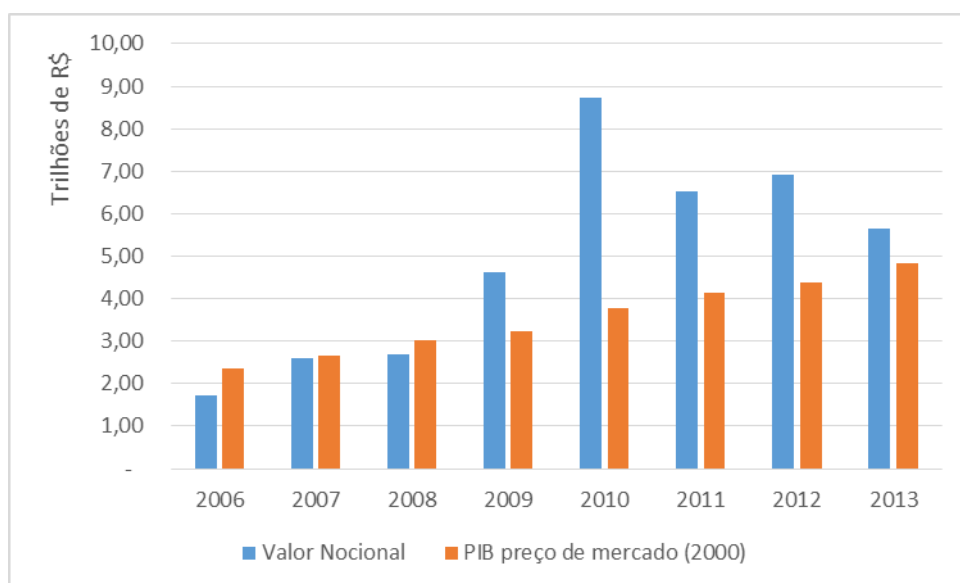
**Fonte** – BM&FBOVESPA; CVM, 2015: 24

Já o efeito de descolamento na economia brasileira do valor nocial e do PIB é apresentado no gráfico 7. Ocorre um *boom* dos derivativos no pós-crise 2008, com o ápice de 2,3 vezes em relação ao PIB, que de certa forma se “ajusta” nos anos seguintes.

Mas em relação a reprodução ampliada do Capital, qual a importância ou influência dos derivativos?

*“Pode ser atribuída ao mercado de derivativos uma função social – ou macroeconômica – específica e extremamente importante: transferir risco entre agentes. Ao precificar e proporcionar a transferência de risco, os derivativos se tornam ferramentas para conviver com incertezas macro e microeconômicas. Eles cumprem papel de estabilização e de coordenação das expectativas dos agentes e podem, em tese, atenuar a transmissão de instabilidade financeira à esfera da produção. Nesse sentido, apesar de não criarem riqueza diretamente, os derivativos podem gerar efeitos positivos indiretos na produção de riqueza que são consequências de como os produtores respondem à incerteza em relação aos preços”.* (CARNEIRO et al, 2001: 6-7)

**Gráfico 7 – Brasil: Valor Nocial dos derivativos e PIB a Preço de Mercado (2000)**



**Fonte** – Para Valor Nocial: BM&FBOVESPA; CVM, 2015; para Valor do PIB: IpeaDATA, on line

Aparentemente, o mercado de derivativos contribui na produção de riqueza indiretamente, e ainda proporciona ganhos a alguns agentes obtidos através do erro de outros agentes. Mas existe uma relação muito ambígua e complexa entre benefícios e malefícios<sup>19</sup>.

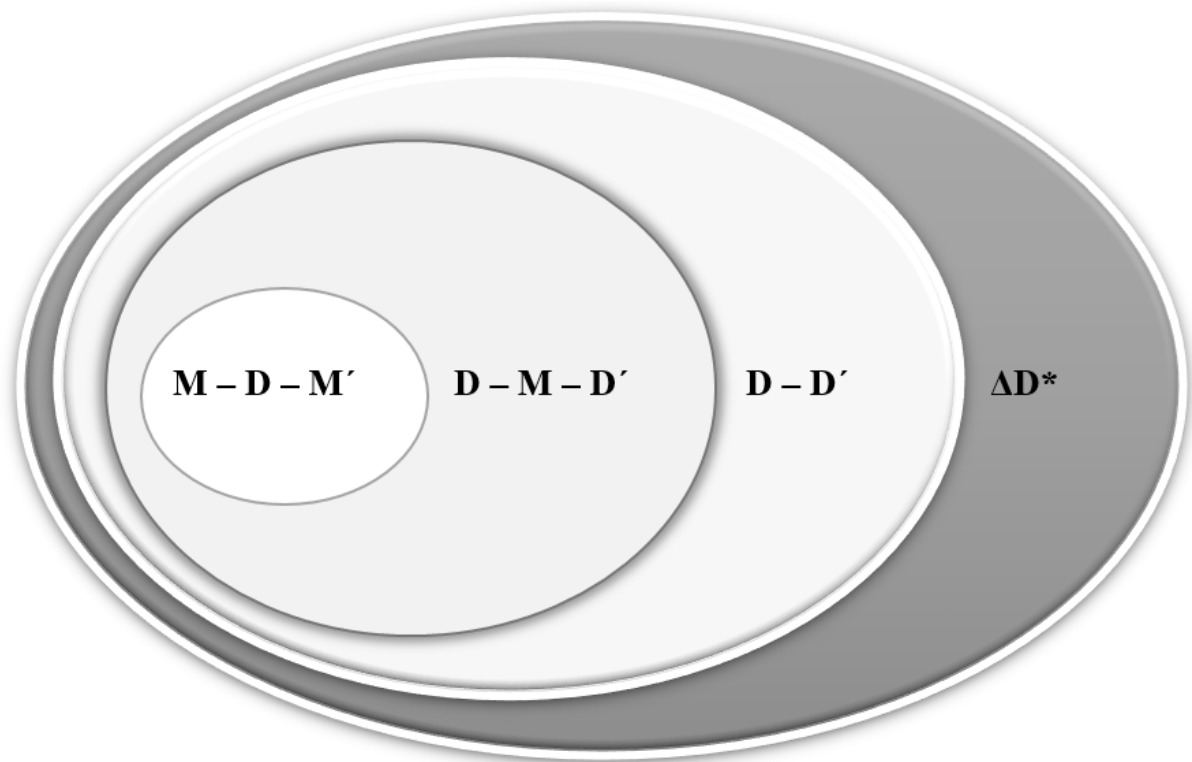
Na tentativa de descrever a formação e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, Carneiro (2011) utiliza o esquema das quatro dimensões como construções analíticas: primeira, a dimensão da mercadoria ( $M - D - M'$ ); segunda, a esfera produção de valor e mais-valia ( $D - M - D'$ ); a terceira, a esfera da propriedade, do capital portador de juros ( $D - D'$ ); por fim, a quarta dimensão é constituída pelos derivativos ( $\Delta D^*$ )<sup>20</sup>. A Figura 1 representa as quatro dimensões e possibilita afirmar as relações e aspectos importantes existentes entre elas.

---

<sup>19</sup> “Os derivativos estão para a volatilidade macro assim como a indexação de preços está para inflação. Ou seja, ao mesmo tempo em que esses instrumentos são fundamentais para que o sistema econômico possa conviver com volatilidade, eles também a agravam” (CARNEIRO et al; 2011: nota de rodapé 13)

<sup>20</sup> Seria exaustivo retornar este debate sobre as características específicas de cada dimensão aqui apresentadas, para mais detalhes ver Carneiro (2011: 8-24)

**Figura 1** – As Quatro Dimensões



**Fonte** – Adaptado de CARNEIRO et al, 2011

A figura possibilita compreender dois aspectos do mercado de derivativos que influenciam a dinâmica da reprodução ampliada: o primeiro refere-se à alavancagem que leva aos lucros especulativos e à volatilidade, que por sua vez gera crises profundas e recorrentes que corrigem os “erros” econômicos; o segundo aspecto trata da relação entre a volatilidade e liquidez que estes contratos possuem no mercado futuro. Essa relação implica que os preços futuros e os preços à vista são determinados mutuamente, ou seja, o valor dos derivativos no futuro pode afetar o preço dos ativos ao qual estão vinculados no presente. O principal problema dessa relação de preços é quanto ao câmbio e ao juro, pois se as expectativas são coniventes com a especulação, estes preços à vista são por ela determinados e não por fatos econômicas concretos, como produtividade, capacidade fiscal e outros.

Além destes problemas econômicos apresentados, é preciso voltar a pergunta que norteia esta pesquisa e avaliar como se posiciona o Trabalho dentro desta “nova” reprodução ampliada. Na estrutura das dimensões apresentadas, o trabalho encontra-se na segunda

dimensão, a esfera da produção. Nela, o trabalhador vende sua força de trabalho ao capitalista, entrega sua propriedade de produzir valor e mais-valia em troca de salário – menor do que a quantia produzida. O trabalhador é subalterno, portanto, ao ciclo do capital, sendo que seu poder de barganha é ínfimo diante das condições do mercado de trabalho onde vende sua mercadoria (força de trabalho).

Se o ciclo do capital industrial está subjugado, direta ou indiretamente, ao ciclo e a lógica de funcionamento/acumulação do Capital Especulativo Parasitário, o mercado de trabalho passa por transformações que visam atender a esta nova dinâmica capitalista. As EMNs – e todo tipo de empresa que geram emprego – se adaptam a estas mudanças de diferentes formas, seja via terceirização, subcontratação, desvalorização e precarização do trabalho, dentre outras formas que serão discutidas no próximo capítulo, mas que todas elas penalizam o trabalhador. Sem contar as crises econômicas que levam a miséria de enormes contingentes populacionais devido às especulações de ganhos fictícios.

Em síntese, buscou-se demonstrar como ocorre o movimento de deslocamento, explicado pela mundialização, bem como o descolamento, dado pela expansão dos capitais especulativos parasitários, do Capital Financeiro em relação ao Capital Produtivo. Embora tenha ocorrido mudanças na acumulação capitalista, a essência deste sistema permaneceu inalterada: o movimento de desenvolvimento desigual e conjunto manifesta-se de outra forma, a periferia como destino financista ou produtivista do Capital Financeiro, mas que apenas reforça a dominância da riqueza nos países desenvolvidos (principalmente em se tratando da tríade).

## CAPÍTULO IV – A CONTA CHEGA AOS TRABALHADORES

*“A formação ou a restauração do poder de classe ocorrem, como sempre, à custa dos trabalhadores”* (HARVEY, 2008: 86)

### INTRODUÇÃO

A crise de 1970 não ficou restrita apenas ao sistema cambial/financeiro, mas também ao padrão tecnológico e organizacional. Como já descrito, as políticas neoliberais vieram como resposta da classe dominante para restaurar seu poder diante dos problemas sistêmicos que emergiam, sendo a desregulamentação um caminho para libertar ao máximo as potencialidades do Capital.

No que tange ao mercado de trabalho, as medidas tomadas tornaram ainda mais crítica a situação do trabalho, pois a “restauração do poder de classe” se deu à custa da “flexibilização” do trabalho (HARVEY, 2008; POCHMAN, 1999), que sucintamente é dado pela retirada de direitos e da modernização conservadora (TAVARES, 1995), transformando a força de trabalho numa mercadoria desqualificada e barata. Este processo cria condições para surgimento da terceira Divisão Internacional do Trabalho (POCHMAN, 2001), a qual reconfigurou a distribuição de postos de trabalhos qualificados, desvalorizando-os através de baixos salários e altos ganhos de produtividade<sup>21</sup>.

Neste capítulo serão aprofundadas as relações contraditórias entre a esfera da produção e financeira sob a perspectiva destes aspectos que emergiram no final do século XX e que permanecem nos dias atuais. Com isso, poder-se-á esclarecer os impactos da financeirização da economia mundial sobre a classe trabalhadora

---

<sup>21</sup> Alguns elementos já expostos em capítulos anteriores serão pontuados novamente apenas para contextualização.

#### 4.1 POLÍTICAS NEOLIBERAIS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Desde a década de 1950, o mundo adentrou em um ciclo econômico virtuoso, que alinhando o crescimento da economia com queda da desigualdade e aumento da massa salarial, ocorrendo vários avanços no mercado de trabalho. A crise do bem-estar social possibilitou a ascensão da teoria Neoliberal, que até então estava sucumbida pelo sucesso das políticas keynesianas. O pensamento Neoliberal começa sua expansão na pós-crise de 1970 e tomou conta por completo da academia na década de 1990, consolidando-se materialmente no famigerado Consenso de Washington. O artigo publicado pelo economista John Williamson serviu não somente para o debate, mas, principalmente, como base aos *policy makers* que estavam comprometidos em combater os desequilíbrios macroeconômicos que perturbavam a vida cotidiana naquela época.

Entretanto, estas políticas visavam privilegiar a classe rentista com a desregulamentação do Capital Financeiro (como já descrito), favorecer as EMNs ao flexibilizarem a força de trabalho e, principalmente, a forçar a reconcentração da riqueza que havia perdido nos anos dourados. Quando estas políticas adentram ao mercado de trabalho, a situação fica crítica para os trabalhadores.

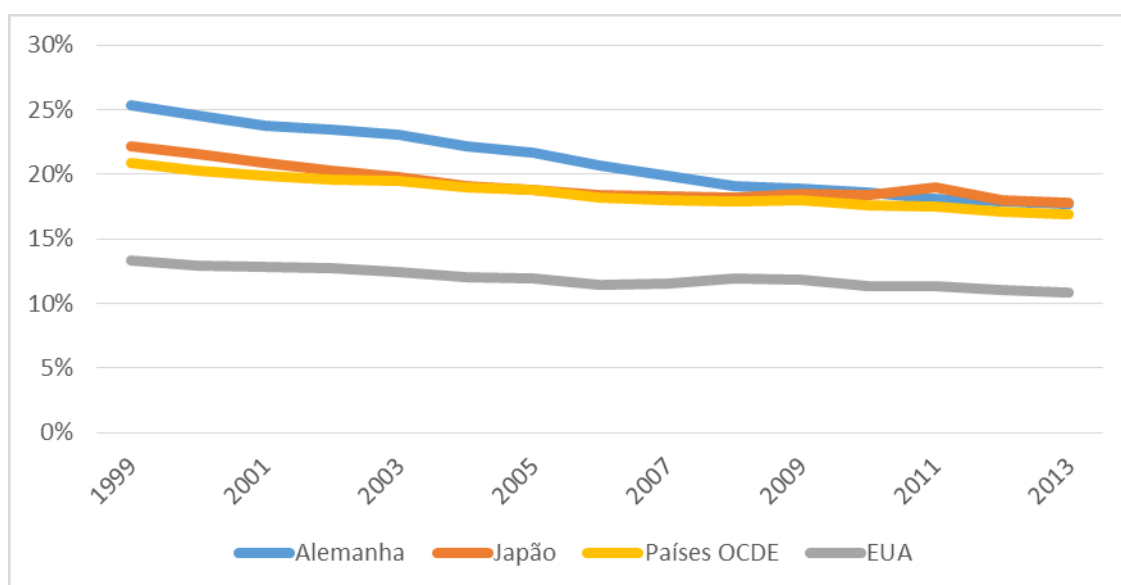
Uma das teses neoliberais consiste na flexibilização do trabalho, torná-lo uma mercadoria ainda mais barata e desqualificada (POCHMAN, 1999), facilitando a expansão das EMNs para todo o globo. Este processo ocorre sob duas formas: primeiro pela questão jurídica, pelo afrouxamento e homogeneização das leis trabalhistas; segundo pela modernização conservadora, que “residem no caráter restrito e concentrado das mudanças tecnológicas em poucos países, assim como a distribuição desigual dos frutos do progresso técnicos e dos custos sociais das políticas de ajuste e reestruturação” (TAVARES, 1995: 46). Estes dois elementos que se desenvolvem conjuntamente vão modificar as estruturas do mercado de trabalho no final do século XX.

Na questão jurídica, a proteção ao trabalho disseminada durante os anos dourados representava uma amarra à reprodução ampliada, pois impedia que as EMNs se apropriassem de características locais fora de suas fronteiras. As leis trabalhistas específicas de cada país

exigem que as empresas se adaptem a elas, representando em última instância aumento dos custos. Outro elemento é a atuação política dos sindicatos, que visa valorizar o trabalho, logo mais custos. Embora o neoliberalismo tenha como base o Estado mínimo, é preciso que esse intervenha nestas questões com intuito de desproteger o trabalho, torná-lo homogênea e barato para atender as exigências das grandes EMNs.

No gráfico 8 é possível analisar que na tríade e em todos os países da OCDE houve uma redução dos trabalhadores associados a sindicatos. Embora não possa ser feita uma relação direta entre sindicalização e aumento de salário mínimo real, é possível observar que o crescimento do salário real nos EUA foi mais baixo do que no Japão, sendo que no primeiro caso o salário real cresceu 4% no período com 11% de trabalhadores associados, enquanto no caso japonês o salário variou 18% e possui uma taxa de 18% de associados.

**Gráfico 8** – Taxa de assalariados associados a sindicato



**Fonte** – OECD.Stat, on line, 2015

Neste ano o Brasil vem passando por situação semelhante ao colocar em pauta algumas questões históricas da flexibilização: a regulamentação da terceirização do trabalho, que atualmente está restrito a alguns serviços; e as mudanças no seguro desemprego, visando diminuir o montante gasto. Mais instigante ainda é que ocorrem em um governo historicamente progressista, dentro de um pacote de ajuste fiscal para que o país continue



atrativo ao Capital Financeiro internacional. Mais de vinte anos depois do Consenso de Whashington, nota-se que essas ideias continuam na pauta política dos países periféricos.

A flexibilização do trabalho e a desregulamentação financeira, criam um acirramento entre as EMNs, tornando a produtividade e a competitividade os principais objetivos destas (POCHMAN, 1999: 36), com isso, coloca-se o trabalho apenas como um custo de produção. A modernização conservadora atua na materialidade deste processo, os avanços tecnológicos e organizacionais impõem modificações ao mercado de trabalho ao impor coercitivamente a homogeneização e barateamento da força de trabalho. Embora a tese neoliberal defenda que só assim é possível gerar emprego e aumentar a renda (junto com estabilidade macroeconômica), o que se verificou foi exatamente o contrário. A flexibilização levou ainda a precarização do trabalho ao criar novas formas de ocupação (como a terceirização e subcontratação) e de postos de trabalho menos qualificados e de menor salário, como será visto mais adiante.

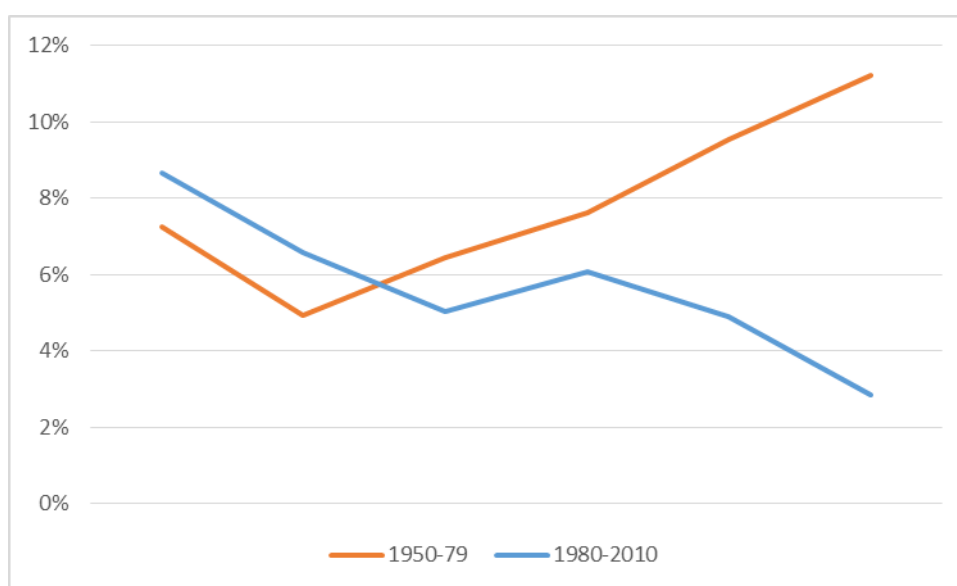
Todavia, o neoliberalismo não estava focado somente na flexibilização do trabalho, para reduzir os custos de produção das EMNs. O pilar central estava na reconcentração da riqueza, perdida pelo 1% da população mais rica durante os anos dourados, quando o trabalho era mais valorizado pelas políticas públicas. Neste aspecto obteve rápido sucesso, uma vez que esta classe saiu de 8% da renda total nos anos 1980, para 15% no final deste século (HARVEY, 2008). Segundo Piketty (2013), em 2010 esta percentagem chegou a 12%, tendo expectativa de 17% para 2030. Em valores mais amplos, temos que os 10% do topo detêm 35% com perspectiva para 45%, enquanto os 50% mais pobres têm 25%, para chegar a 20% daqui 15 anos.

Apesar do baixo crescimento deste período em relação aos anos dourados, como mostra o gráfico 9, devem-se a reestruturação da classe dominante à custa do trabalho, sendo este cada vez mais desvalorizado. Neste sentido, o Capital Financeiro teve papel um fundamental ao alavancar ganhos especulativos parasitários que, em boa parte, estão concentrados naquela classe. A financeirização impulsiona o neoliberalismo e este, além de beneficiar a classe rentista com as desregulamentações, torna o trabalho ainda mais barato para que as EMNs consigam extrair mais valor, ampliando a valorização fictícia dos ativos. Este processo cíclico representa a síntese da financeirização sobre a classe trabalhadora:

precarização e desvalorização do trabalho e aumento da concentração de riqueza, sem contar as crises recorrentes e profundas devido a especulação.

Na reprodução ampliada, estas transformações do trabalho chegam a tal ponto que leva a uma Terceira Divisão Internacional do Trabalho, emplacando na periferia a tendência da concentração da renda, da redistribuição os postos de trabalhos qualificados e não-qualificados e das diferenças salariais abismais entre centro e periferia

**Gráfico 9** – EUA: Variação do PIB vários anos



**Fonte** – IPEA Data, on line, 2015

## 4.2 TERCEIRA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Como aglutinação final da flexibilização e da modernização conservadora, ocorre a Terceira Divisão Internacional do Trabalho. Um processo histórico de repartição do trabalho global, (re)direcionando geográfica e temporalmente setores produtivos segundo o interesse da nova dinâmica mundial. Podemos definir este conceito como “expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial” (POCHMAN, 2001: 14).

Os momentos históricos de transição não ocorrem por ordenamento natural, mas pela correlação de forças sociais envolvidas na economia mundial:

*“[...] a correlação de forças entre as distintas nações engendraria a geografia mundial da geração e absorção de riqueza e de criação e destruição de postos de trabalho, havendo possibilidades de manifestação de múltiplas formas de dominação de uma nação por outra, por meio das dimensões política, militar, econômica e cultural”*  
(POCHMAN, 2001: 15)

Na história do desenvolvimento do Capital houve três transições, pautadas especificamente pela mudança do paradigma produtivo e tecnológico, pelo padrão monetário e pelo poder hegemônico – embora esta última não tenha ocorrido da última vez. A primeira divisão internacional do trabalho transcorreu na metade do século XVIII até o final do XIX, transformando a Inglaterra na oficina do mundo (POCHMAN, 2001). A relação entre centro e periferia (como se verá em todas estas transições) é dado pelo comércio desigual entre manufaturas do primeiro e matéria-prima por parte do segundo.

A segunda divisão internacional sucedeu a crise sistêmica da Inglaterra, devido à crise de 1929 e às duas guerras mundiais que afetaram diretamente o território inglês. Durante este período, os EUA já haviam dado sinais para assumir, mas somente depois da Segunda Guerra Mundial, mas especificamente com o acordo de Bretton Woods, este país assume a hegemonia global, com o dólar passando a ter preço fixo ao ouro e se tornando moeda de reserva internacional.

Nesta transição ocorreu não somente as trocas desiguais, mas também a difusão geográfica do padrão de industrialização norte-americano (POCHMAN, 2001). É o início da modernização conservadora ao favorecer alguns países específicos diante da bipolaridade global EUA-URSS, tendo como ação política o Plano Marshal na revitalização da indústria europeia e japonesa. A periferia se aproveita do momento de estabilidade econômica e difusão produtiva para avançar sua industrialização com objetivo de superar antigas subordinações da

divisão do trabalho. De certa forma, obtêm sucesso através da expansão das EMNs impulsionadas pela incipiente expansão do IED global.

Porém, no final de 1960 a crise sistêmica desse padrão produtivo e do sistema financeiro arquitetado geram fortes consequências na divisão do trabalho. A financeirização se converteu na nova dinâmica global, impondo uma lógica de funcionamento diferente da esfera produtiva, que era dominante até então.

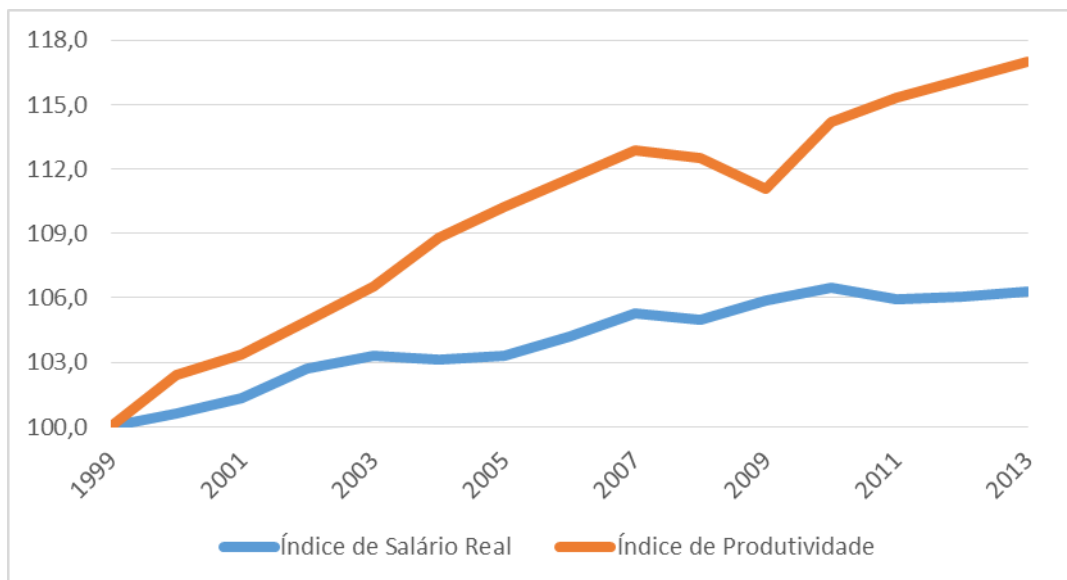
*“Assim, o movimento dos capitais, além de fortalecer a supremacia do dólar, dá maior predomínio ao capital financeiro, inibindo o ciclo de expansão produtivo. A financeirização tanto resulta na valorização fictícia da riqueza, [...] como subordina a dinâmica econômica a taxas reduzidas de expansão produtiva”* (POCHMAN, 2001: 27)

Retomando aqui a expansão do IED e a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), tem-se a expansão das EMNs em busca de características locais favoráveis à produção. A inserção financeira destas regiões também determina como os países adentram nesta nova divisão (CARNEIRO, 2007). Como resultado há dois perfis: o produtivista e o financeiro. A difusão do perfil produtivo nesta divisão do trabalho é pautada pela competição intercapitalista, em grande medida de forma desregulada. O controle da produção e da propriedade intelectual pela matriz, em sua maioria situada nos países centrais (tríade), e a concentração do setor de serviços, como forma de produção de valor intangível pelo centro, geraram problemas de diferenciação.

Esta consiste na diferença de salários e dos postos de trabalho (no sentido qualitativo) entre centro e periferia, privilegiando a primeira em detrimento da segunda. Dessa forma, a força de trabalho, devido ao novo paradigma organizacional e tecnológico, é barata e abundante, exigindo baixa qualificação do trabalho nos países periféricos, onde a produção é direcionada à serviços e montagens. Entretanto, nos países de centro também ocorre desvalorização do trabalho, sobretudo pelos avanços da produtividade oriundas da produção de tecnologia de ponta. No gráfico 10 é apresentado o índice de produtividade e do salário

para países desenvolvidos. É nítido que ao longo dos anos ocorre descolamento entre ambos, resultando numa maior concentração de renda e riqueza (PIKETTY, 2013).

**Gráfico 10** – Países Desenvolvidos: Produtividade x Salário



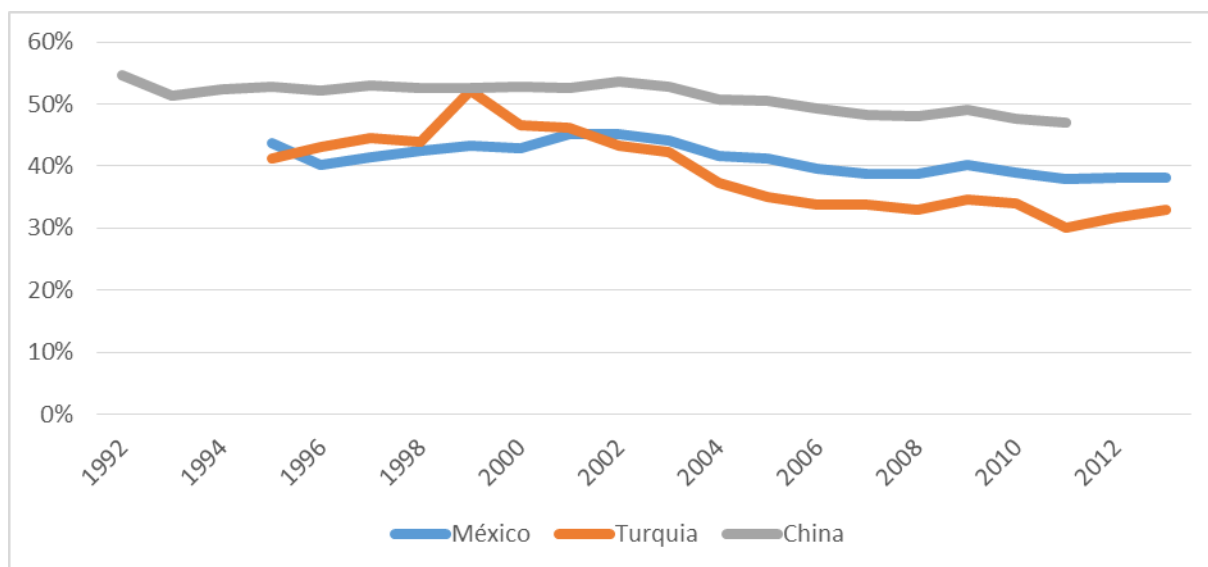
**Fonte** – OIT, 2015

Este gráfico remete aos ensinamentos de David Ricardo, que desde o século XIX já ressaltava os problemas gerados pelo avanço da produtividade. A medida que este cresce, decaí o gasto com capital circulante e faz com que as empresas contratem menos empregados, gerando aumento da pobreza. Mesmo sendo um pensador da filosofia do livre mercado, Ricardo estava atento ao desenvolvimento das forças produtivas e dos impactos destes sobre os salários.

A nova repartição do trabalho não trouxe à periferia a produção de tecnologia para gerar ganhos de produtividade; esta pertence basicamente à matriz que a transfere para filial apenas para produzir. Ainda assim, é possível observar que também houve problemas relacionados à produtividade e distribuição de renda. Será analisado a participação dos salários na renda total. O gráfico 11 apresenta alguns países da periferia e seus respectivos valores. Nos três casos, México, Turquia e China, houve redução da participação do salário, com clara tendência de concentração da renda. Embora cada país possua especificidades

econômicas para explicar este movimento, em todos eles os trabalhadores cada vez menos participam na renda total, o que leva à manutenção ou até mesmo ao crescimento da pobreza nestes lugares. O mais instigante é o caso da China que teve alto crescimento do salário, embora isto não tenha significado maior participação.

**Gráfico 11** – Periferia: Participação do Salário na Renda Total (em %)



**Fonte** – OIT, 2015

O Brasil apresenta característica semelhante da China. Pelo gráfico 12 percebe-se o crescimento real do salário mínimo em todos os anos sendo que no período todo cresceu 83%. Todavia, a participação na renda disponível aumentou apenas 4p.p. Embora na última década houvesse várias políticas salariais por parte do governo, as mesmas não foram suficientes para reduzir o problema da distribuição da renda no país. Se for analisado a questão geográfica dos salários, se verá ainda o problema das desigualdades regionais devido a formação econômica histórica do país<sup>22</sup>.

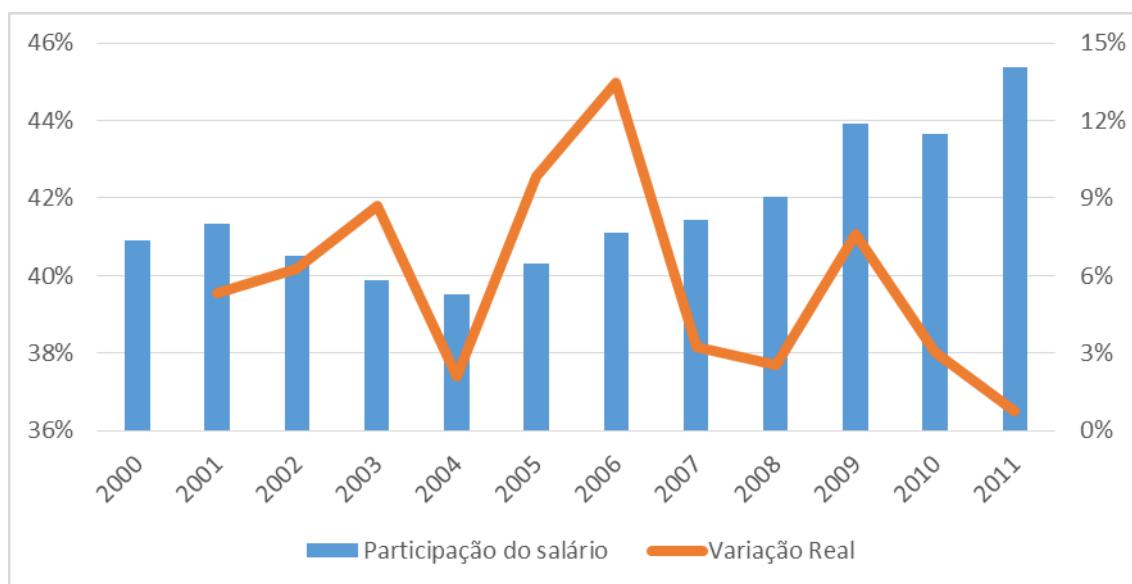
Os gráficos anteriores demonstraram a desvalorização do trabalho e a forte tendência de concentração da renda, seja via aumento da produtividade ou do próprio conflito

---

<sup>22</sup> Para mais detalhes desta questão ver Caio Prado Junior, *Histórica Econômica do Brasil*

distributivo entre as classes sociais antagônicas. Agora cabe analisar a diferenciação dos salários e dos postos de trabalho entre o centro e a periferia.

**Gráfico 12** – Brasil: Participação do Salário e Variação Real do Salário Mínimo



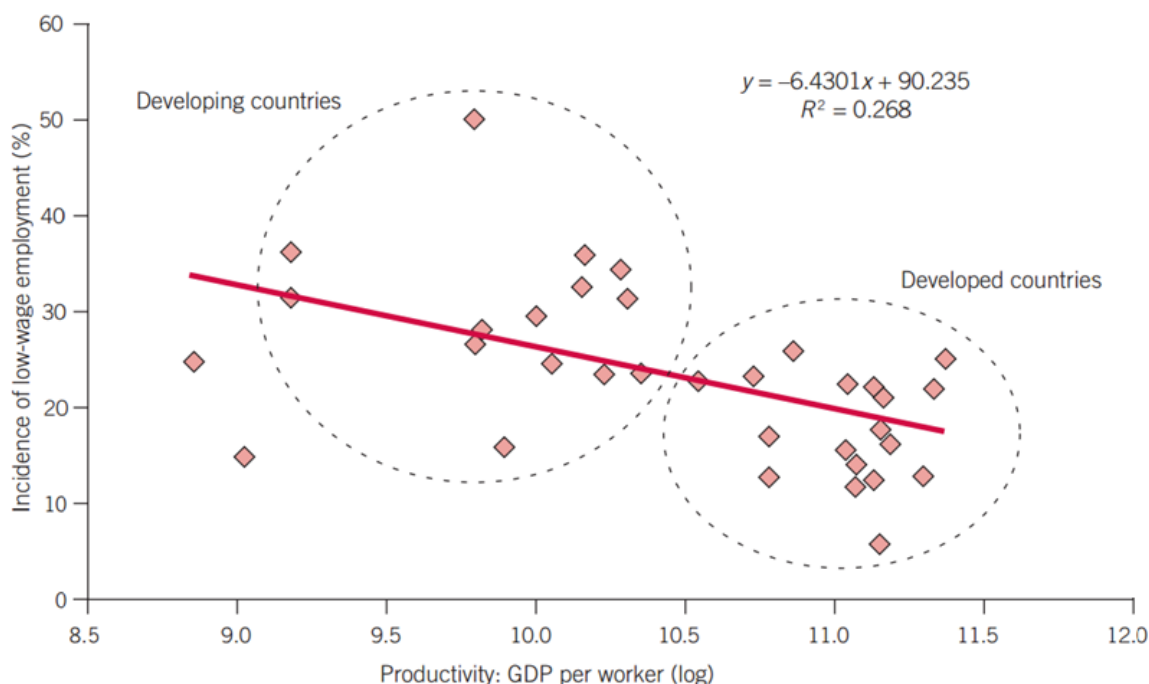
**Fonte** – IPEADData, on line, 2015

Pelo gráfico 13 se observa a participação dos empregos de baixa remuneração em relação à produtividade por trabalhador. Os dois círculos representam a síntese dos dados: a periferia, embora tenha diversas especificidades nesta relação, apresenta maior presença de empregos desqualificados, e com certo nível de produtividade. Já no caso dos países de centro, os dados são mais homogêneos e se encontram em posição privilegiada, ou seja, apresentam baixa presença de trabalho desqualificado e alta produtividade. Este aspecto é resultado da terceira divisão internacional do trabalho, porque concentrou no centro os trabalhos qualificados, principalmente da produção de tecnologia e valor intangível de serviços, relegando à periferia do sistema o trabalho desqualificado e precarizado

Na periferia, conferi ainda outros problemas, pois os dados são mais heterogêneos. A inserção produtivista ou financeirizada impacta diretamente na qualidade dos postos de trabalho. No primeiro caso, há mais EMNs envolvidas no processo, embora não haja transferência direta do paradigma tecnológico e dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (PeD). Os países de inserção financeirizada, a entrada de capital é

basicamente especulativa, ou de Investimento de Carteira de curtíssimo prazo e alta volatilidade, gerando impactos negativos sobre a esfera produtiva. Nestes casos, como já demonstrado, pode ocorrer inclusive a reprimarização da economia, ou seja, o crescimento das atividades não intensivas em capital, que geram menos emprego e renda.

**Gráfico 13** – Produtividade e Emprego de Baixo salário

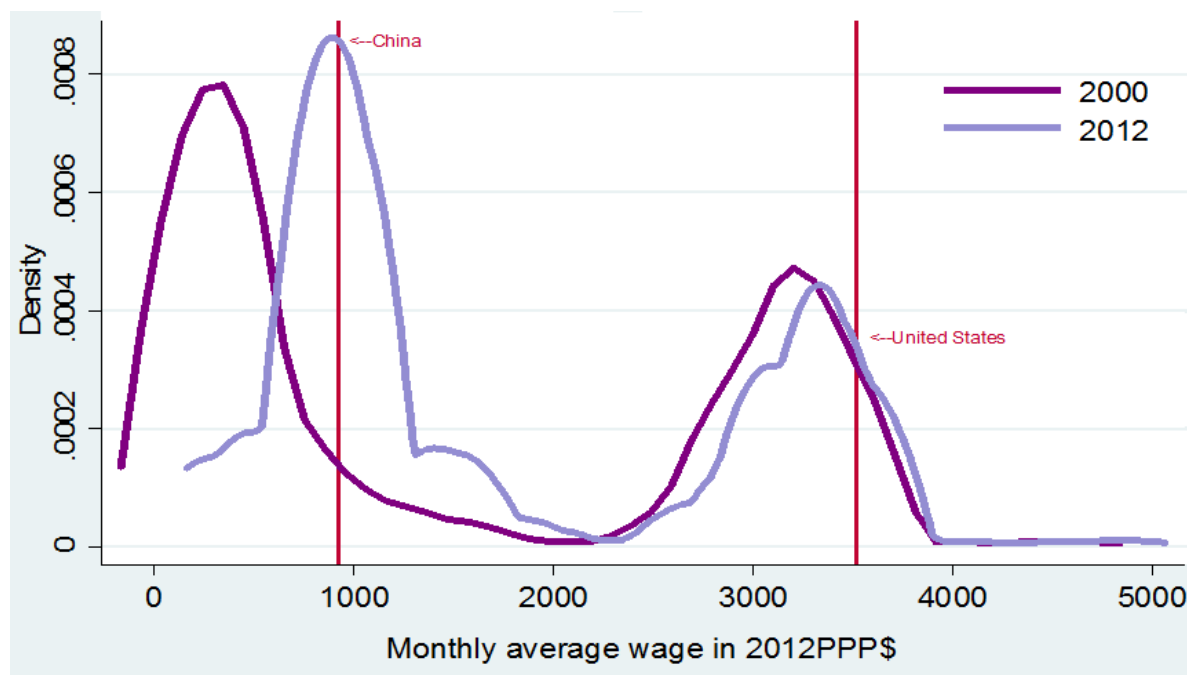


**Fonte** – OIT, 2010

Por haver diferenças qualitativas do trabalho, evidentemente deve haver diferenças quantitativas entre centro e periferia. O gráfico 14 aponta estas discrepâncias, revelando que há três aspectos essenciais: primeiro, a enorme diferença salarial entre as regiões (sendo a periferia a primeira curva, e o centro na segunda curva) que na maioria dos casos é mais que o dobro do valor; em segundo, na periferia a variação do salário foi muito maior que no centro no período analisado, de certa forma isso pode ser explicado pelas baixas taxas de associação aos sindicatos, que atuam diretamente nas negociações; por fim, o problema central da sociedade atual, a alta concentração de renda em pequenos extratos da população, pois a periferia corresponde por boa parte da população global e (sobre)vive com um terço da renda do centro.

**Gráfico 14** - Distribuição global média mensal dos salários em 2000 e 2012 (2012 PPP\$)





**Fonte** – OIT, 2015

Tão importante quanto examinar a totalidade dos fenômenos aqui estudados, é investigar como o específico manifesta esta totalidade. Para tanto, será analisado as características dos empregos de baixa remuneração no Brasil e na China (IOL, 2010), com intuito de aprofundar o problema da precarização do trabalho provocado pela Terceira Divisão Internacional do Trabalho.

O gráfico 15 exibe as informações para o Brasil. As principais características são: a maioria são mulheres jovens, possuem baixa escolaridade, atuam basicamente em serviços domésticos e não possuem registro em carteira. Para complementar estes dados, a pesquisa assinalou que a maioria são “não-brancas” e se concentram geograficamente no Nordeste. Ou seja, um grave problema de desigualdade geográfico, de gênero e étnico. Mesmo nos postos de trabalho com maior remuneração, as mulheres recebem 30% menos que os homens.

**Gráfico 15 – Brasil: Características dos Empregos de Baixa Remuneração**



**Fonte – OIT, 2010**

Na China, o problema é ainda mais grave de acordo com o gráfico 16, isto porque a maioria são mulheres muito jovens, entre 16-20 anos, possuem baixíssima escolaridade; e são contratadas de forma precária, sem nenhuma garantia trabalhista. A produção de manufaturados baseada com foco na montagem, favorece esse tipo de trabalho. Estas características advêm principalmente do êxodo rural daquele país, pois muitas jovens deixam a zona rural em busca de “melhores” condições nas grandes cidades. Contudo, o controle do governo chinês através do sistema de registro *Hukou* (OURIQUES; ANDRDADE, 2009) inibe um pouco este movimento, forçando estas pessoas a venderem sua força de trabalho sob qualquer forma de contrato.

**Gráfico 16** – China: Características dos Empregos de Baixa Remuneração



Fonte – OIT, 2010

Enfim, a financeirização afeta negativamente o mercado de trabalho, condicionando-o à precarização e à desvalorização do trabalho. As políticas neoliberais e as mudanças tecnológicas e organizacionais da terceira divisão internacional do trabalho contribuíram ainda mais a neste processo. Acentuou-se também as discrepâncias globais entre centro e periferia, restando a esta última graves problemas sociais de desigualdade de renda, principalmente nos empregos de baixa qualificação e remuneração. Embora não tenha sido tratado em específico, a financeirização também implica problemas estruturais e conjunturais no desemprego global, pois as crises oriundas das especulações parasitárias são recorrentes e até profundas, causando problemas sociais ainda mais graves.

## CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender como ocorre o processo de financeirização da economia, analisando as relações que emergem desse processo e também a síntese final que engendrou uma nova dinâmica na reprodução ampliada do Capital. A manifestação específica desta totalidade se explicita mais claramente nas transformações ocorridas no mercado de trabalho, que foi drasticamente afetado pela nova lógica financeira.

Percebeu-se que durante todo o século XX ocorreu a autonomização e supremacia do Capital Financeiro frente às outras frações do capital geral. Uma nova fração da classe social dominante ascendeu conquistando poder político, econômico e até cultural, remodelando ao seu interesse diversas questões que impediam seu pleno desenvolvimento. Investiram nas inovações financeiras, no mercado de euro-dólares para fugir da regulação sistêmica, nos empréstimos inter-bancários e em outros mecanismos especulativos com intuito de expandir o Capital financeiro

Mesmo que a valorização deste capital não precise necessariamente passar pela produção (D-D'), ele ainda estava vinculado ao Capital Produtivo, sobretudo a grande indústria multinacional que vai protagonizar a expansão do Capital para todo o globo. Embora aparentemente esta relação entre finanças e produção demonstre um mutualismo, ocorrem na verdade diversas relações contraditórias que, em grande medida, afetam negativamente o trabalho. O poder do Capital Financeiro tomou tamanha proporção no pós-crise sistêmica de 1970 que o ciclo do Capital Industrial foi subjugado, direta ou indiretamente, ao ciclo e à lógica de funcionamento/acumulação daquele capital. As EMNs – e todo tipo de empresa que geram emprego – tiveram que se adaptar a estas mudanças de diferentes formas.

Destas relações surgem dois movimentos do Capital Financeiro em relação ao Capital Produtivo: o deslocamento, explicado pela mundialização; e o descolamento, dado pela expansão dos capitais especulativos parasitários. O primeiro resultou na expansão do Capital via IED para todo o globo, direcionando também o setor que seria desenvolvido. Este por sua vez era determinado pela Divisão Internacional do Trabalho que concentrou nos países de

centro (tríade) os postos de trabalho mais qualificados devido seu poder tecnológico e financeiro, relegando à periferia aqueles de baixa remuneração e precárias condições.

Em segundo, a crise do sistema financeiro em 1970 e as desregulamentações financeiras permitiram ao Capital Financeiro que se descolasse da esfera produtiva. Neste processo, o valor fictício da riqueza toma grandes proporções, criando uma nova forma deste Capital: o Capital Especulativo Parasitário. A ascensão deste torna a dinâmica do mercado financeiro mais volátil, engendrando crises financeiras profundas e recorrentes.

Dentro do contexto da financeirização, o mercado de trabalho foi afetado negativamente. Desde a década de 1950 o salário e o emprego estavam no centro das políticas públicas. Com a crise do bem-estar social e a ascensão da teoria Neoliberal, o trabalho passou a ser visto como uma mercadoria barata e homogênea, que visava atender as novas demandas das EMNs sob a égide financeira. Não consentia apenas dar livre mobilidade e liquidez ao Capital Financeiro, era preciso também reconstituir o poder de classe dominante perdido durante os anos dourados, tudo isso à custa do trabalho.

Sucintamente, as políticas do Estado Neoliberal visavam a retirada de direitos e proteções do trabalho, alegando que a intervenção estatal causava assimetrias de informação no mercado e, com isso, inibiu o crescimento do emprego e da renda. Somente a mudança jurídica não é suficiente para materializar esta desvalorização do trabalho, a modernização conservadora – através do novo paradigma tecnológico e organizacional – transformou a força de trabalho numa mercadoria desqualificada e barata. Este processo cria condições à ascensão da terceira Divisão Internacional do Trabalho, que reconfigurou a distribuição de postos de trabalhos qualificados, desvalorizando-os através de baixos salários e altos ganhos de produtividade

Em síntese, a financeirização condicionou a precarização e desvalorização do trabalho através das políticas neoliberais e da ascensão da terceira divisão internacional do trabalho, de tal maneira que intensificou as discrepâncias globais entre centro e periferia, criando empregos de baixa qualificação e remuneração nesta região, que, por conseguinte, deteriora as condições de vida do trabalhador nas periferias do sistema.

Finalmente, embora tenha ocorrido mudanças na acumulação capitalista, a essência deste processo permaneceu inalterada. O movimento de desenvolvimento desigual manifesta-se de outra forma: a periferia como destino financista ou produtivista do Capital Financeiro que apenas reforça a dominância da riqueza nos países desenvolvidos (principalmente em se tratando da tríade), despendendo sobre o trabalho os mais terríveis problemas sociais.

## REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovani. **O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1996.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta: Origens da crise global**. Campinas: UNESP, 2009.

BRAGA, José Carlos. Financeirização Global: O Padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org.). **Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização**. 2. ed. Petrópolis: V, 1997. p. 195-242.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O Capital Especulativo Parasitário: Uma Precisão Teórica Sobre o Capital Financeiro, Característico da Globalização. In: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e Lucros Fictícios: Formas Parasitárias da Acumulação Contemporânea**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 31-60.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros et al. A Quarta Dimensão: Os Derivativos em um Capitalismo com Dominância Financeira. **Texto Para Discussão: IE/UNICAMP**. Campinas, n. 199, p. 1-32. dez. 2011.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Globalização e Integração Periférica. **Texto Para Discussão: IE/UNICAMP**. Campinas, n. 126, p. 1-44. jul. 2007.

CASTRO, Dóris de. **Onde mora o capital do mundo? Veja no mapa mundi do moderno sistema imperialista**. Crítica da Economia. Florianópolis, p. 1-1. 22 maio 2015. Disponível em: <<http://www.criticadaeconomia.com.br/resumo/144>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, François. **Tobin or not Tobin?: Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos**. São Paulo: Unesp, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IMF, International Monetary Fund. **Global Financial Stability Report: Meeting New Challenges to Stability and Building a Safer System**. Washington-DC: 2010. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2010/01/>

IpeaDATA, online. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. 2015

IPEA. Desafios e Oportunidades do Setor de Telecomunicações no Brasil. **Comunicados do IPEA: Série Eixos do Desenvolvimento Brasileiro**. Brasília, n. 57, p. 1-87. mai 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/100607\\_comunicadoipea57.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/100607_comunicadoipea57.pdf) acessado em: 08/11/2015

KRUGMAN, Paul. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. Disponível em: <[http://eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin\\_imperialismo\\_navegando\\_ebook.pdf](http://eventohistedbr.com.br/editora/wp-content/uploads/2011/07/lenin_imperialismo_navegando_ebook.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política: livro terceiro: O Processo Global de Produção Capitalista, volume V**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MICHALET, Charles-albert. **O Capitalismo Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.



OECD, **OECD International Direct Investment Statistics 2014**, OECD Publishing, Paris, 2014.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Informe Mundial sobre Salários 2014/2015: Salários y desigualdad de ingresos. Laboratório Internacional do Trabalho, Genebra: 2015

OIT, Organização Internacional do Trabalho. Global Wage Report 2010-11: Wage policies in time of crisis. Laboratório Internacional do Trabalho, Genebra: 2010

PALHARES, Joaquim Ernesto (Org.). **A Internacional do Capital Financeiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho Sob Fogo Cruzado: Exclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização: a Nova Divisão Internacional do Trabalho e os Caminhos que o Brasil Escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

TAVARES, Maria Conceição; FIORI, José Luís (Org.). **Poder e Dinheiro: Uma economia Política da globalização**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 1, n. 1, p.21-58, ago. 1992. Semestral.

UNCTAD Data Center, online. Disponível em: <http://unctadstat.unctad.org/EN/>. 2015